



**UnB – Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Comunicação**  
**Departamento de Jornalismo**

**KELSIANE NUNES DE SOUZA**

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL – ESTUDO DE CASO SOBRE O  
JORNAL DA BAND**

Brasília – DF

Junho de 2014

**UnB – Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Comunicação**  
**Departamento de Jornalismo**

**KELSIANE NUNES DE SOUZA**

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL – ESTUDO DE CASO SOBRE O  
JORNAL DA BAND**

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Liliane Maria  
Machado**

Brasília – DF  
Junho de 2014

**KELSIANE NUNES DE SOUZA**

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL – ESTUDO DE CASO SOBRE O  
JORNAL DA BAND**

Monografia apresentada à Universidade de  
Brasília como requisito parcial à obtenção do  
título de bacharel em Comunicação Social com  
habilitação em Jornalismo.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Liliane Maria Machado  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Letícia Renault C. A. e Souza  
Membro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>º</sup> Luiz Martins da Silva  
Membro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Dione Oliveira Moura  
Membro Suplente

Brasília, 25 de junho de 2014

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pelo dom da vida e por seu meu consolo inestimável.

À minha família por ser meu porto seguro onde deposito todo o meu amor. Em especial aos meus pais por terem doado suas vidas para me fazer feliz. Pelo amor sem limites, paciência e apoio, mesmo quando o caminho escolhido por mim foi contra suas convicções. Aos meus irmãos que compartilham comigo todos os momentos e que vibram com cada conquista.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliane Maria Machado, pela paciência com meus passos lentos e incertos e por ter sido o farol que me auxiliou à enxergar o caminho desta pesquisa. Todo o seu suporte foi essencial para a realização deste trabalho.

Às minhas companheiras e amigas Iasminny Thábata e Isabella Corrêa, por compartilhar momentos de alegrias, dúvidas, desânimo, músicas de inspiração. Vocês são um presente maravilhoso que a vida me deu.

Aos amigos que acompanham meus passos e torcem por mim, em especial à Camilla Nery, pelo incentivo e ajuda com os termos jurídicos.

Aos professores Dione Moura, Fernando Paulino, Letícia Renault, Liziane Guazina e Solano Nascimento por todo o conhecimento compartilhado.

É no olhar que se lança para além das camadas  
enganadoras de uma pretensa banalidade e dos muros  
impostos pelos discursos fechados que se faz a resistência  
cotidiana do repórter.

Eliane Brum

## RESUMO

A presente pesquisa discute o trabalho jornalístico a partir do estudo de caso das reportagens veiculadas no **Jornal da Band** que tratam de crimes cometidos por crianças e adolescentes e a questão da redução da maioridade penal. A pesquisa se propõe a analisar os impactos da transmissão dessas matérias na agenda de parlamentares do Congresso Nacional e verificar se as mesmas contemplam os códigos de ética para jornalistas. Por meio da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, foi possível identificar que as matérias contêm critérios de noticiabilidade, entre os quais o número de pessoas envolvidas e interesse humano. Ademais, percebeu-se que o tema foi abordado de maneira parcial pelos jornalistas com o intuito explícito de justificar a possível necessidade da diminuição da maioridade penal.

**Palavras-chave:** Deontologia. Telejornalismo. Maioridade penal. Jornal da Band. Análise de conteúdo.

## **ABSTRACT**

This paper discusses the journalistic work from the study case of the published news in the Jornal da Band that talks about crimes committed by children and adolescents, and the issue of reducing of the criminal age. The research aims to analyze the impacts of transmission of these news in the parliamentary schedule of Congress and check if the same news achieve the codes of ethics for journalists. Through content analysis proposed by Laurence Bardin, we found that the news contain criteria of *newsmaking*, including the number of people involved and human interest. Moreover, it was realized that the topic was discussed in a partial way by the journalists with the express purpose of justifying the possible need for reduction of the criminal responsibility.

**Palavras-chave:** Ethics. Newscast. Criminal responsibility. Jornal da Band. Content analysis.

## LISTA DE TABELAS

Tabela I - Artigos dos Códigos de Ética sobre a prática do jornalismo .....	38
Tabela II – Resumo das propostas em tramitação no Senado.....	50
Tabela III – Resumo das propostas em tramitação na Câmara.....	51
Tabela IV – Resumo das reportagens sobre o tema redução da maioridade penal .....	58
Tabela V – Resumo das reportagens sobre as propostas em tramitação no Congresso .....	59
Tabela VI – Frequência mensal da veiculação de reportagens sobre crimes cometidos por crianças e adolescentes e sobre redução da maioridade penal .....	63
Tabela VI – Acompanhamento da atividade parlamentar sobre os projetos relativos a redução de maioridade penal.....	64
Tabela VII – Matérias do Jornal da Band sobre Violência cometida por crianças e adolescentes .....	83



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
1 – Jornalismo: canal de mediação entre informação e público .....	15
<b>1.1 - Agenda setting</b> .....	17
<b>1.2 – O newsmaking</b> .....	18
<b>1.3 – A televisão</b> .....	24
<b>1.4 – O telejornal</b> .....	26
2 – Ética, deontologia e responsabilidade social .....	29
<b>2.1 – A Ética das redações</b> .....	31
<b>2.2 – Os códigos de ética brasileiros</b> .....	35
3 – A discursão sobre a redução da maioria penal .....	38
<b>3.1 – A questão da imputabilidade</b> .....	43
<b>3.2 – Debate no Congresso</b> .....	48
4 – Caminhos metodológicos e análise .....	54
<b>4.1 – Análise de Conteúdo</b> .....	55
<b>4.2 – Critérios de noticiabilidade</b> .....	60
<b>4.3 – Frequência</b> .....	61
<b>4.4 – Tratamento dado ao tema</b> .....	66
Divulgar fatos de interesse público .....	67
Respeitar o direito à privacidade do cidadão .....	68
Defender princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	68
Liberdade de expressão e pensamento .....	68
Pluralidade de fontes: ouvir o maior número de pessoas envolvidas no fato .....	69
<b>Considerações finais</b> .....	70
<b>Bibliografia</b> .....	72
<b>Anexos</b> .....	75

## Introdução

Após as duas Grandes Guerras que assolaram o mundo e uma séria crise econômica, que ocorreram no século XX, movimentos mundiais e chefes de estado começaram a refletir sobre quais seriam as mínimas condições que todo ser humano deveria ter para viver com dignidade. Começou também um movimento no meio jurídico para desenvolver leis que garantissem essa dignidade, incluindo atenção especial para a criança e o adolescente. Segundo Fernanda Michielon (2008)<sup>1</sup>, nessa conjuntura foi redigida a Declaração dos Direitos Internacionais da Criança, em 1979.

Na década seguinte, a comunidade internacional começou a debater sobre a urgência em criar leis de âmbito internacional e nacional para que se pudesse firmar garantias às crianças. Nesse sentido a Organização das Nações Unidas desenvolveu documentos como as *Diretrizes de Riad* e Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade. No Brasil, esses documentos foram observados na Constituição de 1988. Nela os artigos 227 e 228 garantem o acesso a vida, educação, saúde, moradia, cultura, alimentação dentre outros. Esse conjunto de leis que visa garantir o bem estar da criança e adolescente tem como base a doutrina da proteção integral (MICHIELON, 2008)<sup>2</sup>.

Os direitos da criança e do adolescente não são assegurados somente pela Constituição brasileira, mas também pelo Estatuto da Criança e Adolescente, lei nº 8.069/90, e por outros tratados e documentos internacionais, em especial, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 1990. Neste texto é considerado criança todo indivíduo com idade menor a 18 anos, com exceção de lugares onde a lei considera a maioridade em outra idade.

A maioridade penal é a idade mínima em que a legislação penal de um Estado entende que um indivíduo pode ser processado por atos que infringem a lei vigente no país. Esta idade é estabelecida a partir do entendimento do corpo jurídico sobre com qual idade o indivíduo tem plena consciência dos atos praticados e a gravidade das consequências que eles geram.

No Brasil, a maioridade penal determinada no art. 228 da Constituição Federal, no art. 27 do Código Penal e no art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que o indivíduo

---

<sup>1</sup> Disponível em:

[http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008\\_1/fernanda\\_camargo.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/fernanda_camargo.pdf)

<sup>2</sup> *Ibidem*

somente pode receber processo do Estado a partir dos 18 anos. Quando este infringe a lei com idade inferior da determinada como maioridade, são tomadas medidas protetivas proporcionais a infração cometida.

A discussão sobre o estabelecimento de com qual a idade o indivíduo é completamente ciente de suas atitudes é recorrente dentro do campo jurídico e também do legislativo. No Congresso Nacional existem ao todo 48 projetos que propõem alterações nas leis que determinam a maioridade idade penal ou o tempo de permanência em centros de reclusão. No Senado estão em tramitação 6 Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e um projeto de decreto legislativo (PDS) que solicita um plebiscito sobre a alteração da maioridade. Na Câmara são 22 Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que sugerem a redução de 18 para 16 anos e 19 Projetos de Lei (PL) que prevê a cumprimento de medida sócio educativa mesmo que, quando julgado, a pessoas já tenha completado 18 anos.

Após uma sequência de crimes graves (latrocínio de um jovem de 19 anos, sequestro e estupro coletivo de turista americana e latrocínio de dentista que foi queimada viva) cometidos por adolescentes, entre março e abril de 2013, a questão da redução da maioridade penal foi colocada em evidência pelos meios de comunicação.

Ao acompanhar o aumento no volume de informações divulgadas sobre crimes cometidos por crianças e adolescentes e o crescimento do movimento que aponta a redução da maioridade penal como única alternativa viável para frear o suposto aumento de crimes cometidos por essas pessoas, surgiu o interesse em pesquisar sobre a questão. Outro fator que influenciou para o desenvolvimento desse trabalho é o fato da autora, desde o início da graduação, estar interessada em acompanhar o trabalho na construção da notícia e de que forma as informações estão sendo passadas para o público. Nesse sentido, a autora escreveu o artigo *Consciência crítica dos alunos de Comunicação sobre ética no jornalismo – Análise das monografias que abordam ética no jornalismo 2001 a 2011* juntamente com Rafaella Félix para o 2º Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo, em 2012. Também o artigo *Comunicação e Cidadania: o olhar dos formandos em Comunicação/UnB entre os anos 2001 e 2011*<sup>3</sup> apresentado no congresso Mídia Cidadã também em 2012.

---

<sup>3</sup> Artigo elaborado em conjunto com os pesquisadores Dione Oliveira Moura, Liliane Maria Macedo Machado, Rafaella Teixeira Felix, Johnatan Reis, Emily Almeida Alzarias, Igor Alves de Almeida

O objetivo da pesquisa é analisar as reportagens veiculadas no jornal televisivo **Jornal da Band**, transmitido de segunda a sexta, às 19h20, sobre delitos cometidos por crianças e adolescentes após o posicionamento da Rede Bandeirantes de Comunicação a favor da redução da maioridade penal. Para fazer a análise foram monitorados os telejornais do período de 29 de abril de 2013 até o dia 27 de maio de 2014. Durante esse período foram identificadas, ao todo, 58 reportagens que noticiavam crimes cometidos por crianças e adolescentes. Dessas, foram escolhidas 14 para se fazer a análise. Com isso, busca-se também verificar até que ponto um veículo de comunicação pode impactar na pauta de discussões do Poder Legislativo brasileiro e averiguar se as matérias produzidas pela TV Band estão seguindo os princípios éticos expressos em códigos de conduta do jornalista.

Para este trabalho, parte-se do pressuposto de que não é possível praticar jornalismo dentro dos parâmetros éticos da categoria profissional quando se estrutura reportagens que apenas reforcem posicionamento adotados pelas empresas.

Visto que, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística coletada no Censo 2010, no Brasil existem mais de 3 milhões de pessoas com idade entre 10 e 17 anos, percebe-se que a discursão sobre a redução da maioridade penal é muito importante e traz impacto direto em um número considerável de indivíduos.

Por se tratar de assunto polêmico e por entender que o jornalismo é uma profissão de interesse público em que se busca levar informações de qualidade para a população é importante acompanhar como o debate sobre a maioridade penal está sendo tratado pela mídia. Tendo em vista que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2011 96,88% dos lares brasileiros possuíam, pelo menos, um aparelho de televisão, percebe-se que é importante estudar a atuação dos profissionais com assuntos dessa natureza.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por dividi-lo em quatro capítulos. Nos três primeiros é feita a contextualização do tema, estudando assim o papel do jornalista para a sociedade, a ética no universo do jornalismo e a discursão sobre a maioridade penal. Para isso, foram abordadas as hipóteses da agenda setting e newsmaking na perspectiva de Mauro Wolf e Hohlfeldt. Para entender melhor sobre o meio em que as reportagens foram veiculadas, optou-se por estudar os conceitos desenvolvidos principalmente por Arlindo Machado. Já no campo

da ética foram trabalhadas noções de Marilena Chaui e, em seguida, foram utilizados estudos efetuados por Luiz Martins da Silva e Eugênio Bucci sobre a deontologia do jornalismo.

O último capítulo é voltado apenas para análise. Foi utilizado como instrumento de trabalho a metodologia da Análise de Conteúdo. A partir da concepção descrita por Bardin (2009, pg.40) que afirma que “a análise de conteúdo aparece como conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens”, julgou-se esse ser o melhor método para tratar os dados obtidos.

No primeiro capítulo foi exposto a forma como o jornalista desenvolve o papel de mediação entre a informação e o público por meio da divulgação de notícias. Por desenvolver essa função na sociedade, e segundo a teoria da *agenda setting*, as informações veiculadas pelo jornalista exercem um grau de influência na comunidade ao mobilizá-la ou instigá-la sobre um assunto após divulgação de informações. Foi abordada também a forma como a subjetividade do repórter está presente na construção da notícia de acordo com as tomadas de decisões, a partir da teoria do *newsmaking*.

No segundo capítulo, partindo-se do pressuposto de que o jornalismo é um serviço de interesse público, mostrou-se a importância da utilização de normas de condutas específicas do jornalismo para guiar as ações dos profissionais. Antes de falar especificamente da deontologia do jornalismo, foi estudado o conceito geral sobre Ética. Após analisar os códigos de ética da Associação Brasileira de Imprensa<sup>4</sup> e o da Federação Nacional de Jornalistas<sup>5</sup>, foi possível identificar que a divulgação de informações precisas, a veracidade dos fatos, a defesa dos princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão e pensamento e a busca pela pluralidade de fontes são pontos defendidos em ambos os códigos.

No terceiro capítulo, com o objetivo de contextualizar o objeto de estudo, foi abordado a discussão sobre a redução da maioria penal tanto no âmbito jurídico como no legislativo por meio da exposição dos principais pontos levantados por juristas e parlamentares. Com a exposição foi possível perceber que o tema é complexo e que possuiu diversas nuances, sendo assim, é um fato que não pode ser tratado de forma simplista.

---

<sup>4</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

<sup>5</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>

Por fim, no último capítulo, foi feita a análise. Em um primeiro momento foi discutido o método da Análise de Conteúdo, explicando como é utilizado, quais são as principais aplicações e de que forma essa metodologia poderia contribuir para a verificação das hipóteses. Depois de fazer a leitura de todas as reportagens, optou-se por utilizar três critérios de verificação: critérios de noticiabilidade, para identificar quais são os principais argumentos que justificam a veiculação das reportagens; a frequência, com o objetivo de estabelecer relação entre o número de matérias veiculadas em um mês com a atividade parlamentar para o mesmo período e, finalmente, o tratamento que é dado à notícia, com o objetivo de verificar se os critérios presentes nos códigos de ética dos jornalistas brasileiros estão sendo seguidos.

## 1 –Jornalismo: canal de mediação entre informação e público

Ao fazer uma reflexão sobre o jornalismo a partir das colocações desenvolvidas pelo crítico da imprensa vienense Karl Kraus, o pesquisador Ciro Marcondes Filho afirma que “todas as palavras, entregues por escrito, são testemunhos humanos, são legado espiritual” (MARCONDES. 2009, p.16). Valendo-se dessa afirmação para refletir sobre a produção dos meios de comunicação é possível inferir que as informações transmitidas pelos veículos de informação constroem uma versão da história de uma sociedade considerando-se que eles fazem relatos dos acontecimentos de um determinado local em certo espaço de tempo. Essa participação da profissão na construção da história deixa claro a importância de estudar o papel que o jornalista tem em para a sociedade.

Em seus estudos sobre a comunicação em 1990, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997) classifica como jornalista aquele que detém o monopólio dos instrumentos de construção e difusão de informações em larga escala. Assim a importância do jornalismo advém do papel de propagar as informações para o maior número de pessoas, independentemente da sua instrução ou grau de intelecto.

O pesquisador brasileiro Arlindo Machado (2000) entende que o jornalismo tem o papel de mediar entre as notícias e o público que as recebem. Os eventos relatados pelos profissionais da notícia têm a intenção de levar informações relevantes ao leitor, telespectador ou ouvinte. Com isso, a importância do jornalista na sociedade é que ele tem condições de fazer a ponte entre os principais eventos de relevância e o público, que teoricamente, precisa daquelas informações.

Tomando uma perspectiva diferente, Kênia Maia e Fábio Henrique Pereira (2011) afirmam que a partir do discurso de liberdade de imprensa, utilizado pelo atual modelo de jornalismo presente nas sociedades ocidentais para legitimar a profissão, surgiram duas visões sobre o jornalista. A primeira é a que considera o jornalista como aquele profissional que trabalha em prol da sociedade, deixando de lado os interesses de determinados grupos, se configurando em um trabalhador liberal. Sendo assim, ele seria aquele que intervém na sociedade com o objetivo de defender os direitos humanos. A segunda visão se aproxima da abordada por Machado. O jornalista é configurado como o profissional capaz de transmitir informações de forma independente, sendo assim apto para ligar o mundo social ao público.

Ao entender que o conjunto de características destinadas a um profissional molda a função de uma profissão, neste trabalho, o jornalismo é visto como instituição que tem por objetivo mediar a relação entre os acontecimentos e o público por meio de plataformas que possibilitam a produção e disseminação de informações em larga escala.

Para compreender a comunicação feita entre os meios de comunicação e o público não é suficiente articular definições para se conceituar o jornalismo. É necessário entender de que forma o produto, ou seja, a notícia é construída, as relações interpessoais que a envolvem e a relação do profissional com o público.

Nesse sentido, diversos estudos foram realizados para entender como ocorre a produção de notícias e todas as interações que estão relacionadas a ela, como a do jornalista com as fontes, do profissional com os editores. Para este estudo serão destacadas as linhas de pesquisa desenvolvidas em meados das décadas de 1960 e 1970 pela então denominada Mass Communication Research. As pesquisas desenvolvidas sob essa perspectiva têm como característica a união de diversos pesquisadores estudando de forma ampla o processo comunicacional, cruzando teorias de diferentes áreas do saber (HOHLFELDT, 2001).

Outras mudanças que essa linha de pesquisa trouxe foi na forma de entender o impacto causado pelos meios de comunicação no público. Segundo Wolf (2003) com as pesquisas da *Mass Communication Research* passou-se a entender que a mídia poderia ocasionar efeitos no público a longo prazo, diferentemente do que era proposto pelas linhas de pesquisa anteriores a ela. Outro ponto defendido por essa vertente é que os efeitos causados não interferem de forma explícita no indivíduo e sim na forma de percepção da realidade construída pelo público.

As linhas de pesquisa utilizadas para posterior análise de conteúdo serão a hipótese da *agenda setting*, nominada pelos pesquisadores McCombs e Shaw (1975), e a do *newsmaking*. A escolha dessas duas áreas da pesquisa em comunicação se dá, pois as duas tem em comum o estudo do impacto do jornalismo no indivíduo, seja naquele que produz as notícias ou no que as consomem. Este projeto experimental tem por objetivo analisar a repercussão que a equipe de jornalismo do telejornal **Jornal da Band** dá a crimes cometidos por menores após editorial em que a empresa de comunicação Bandeirantes se posicionou a favor da redução da maioria penal. Sendo assim, entende-se que com essas linhas de pesquisa da *Mass Communication Research* pode-se traçar um caminho para compreender as escolhas que os jornalistas tiveram para abordar a temática nas notícias transmitidas pelo telejornal.



## 1.1 - *Agenda setting*

A hipótese da *agenda setting* tem como ponto principal o argumento de que as informações divulgadas pelos meios de comunicação de massa são capazes de impactar na vida do público na medida que influencia na construção da imagem de uma realidade (WOLF, 2003). Esse impacto, segundo Hohlfeldt (2001), acontece a partir da divulgação de informações sobre temas introduzidos pelas mídias, que de outra forma possivelmente o indivíduo da sociedade atual não tomaria conhecimento.

Em texto que aborda as hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação, Hohlfeldt (2001) afirma que para a identificação da hipótese do agendamento é necessário observar pelo menos três pressupostos. O primeiro é o fluxo contínuo de informação. De acordo com ele, diariamente o público recebe um grande número de informações que são armazenadas de forma consciente ou inconsciente. Caso não sejam trabalhadas com o objetivo de fixá-las, elas podem se perder.

Outro pressuposto é que os impactos das informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa são perceptíveis no público, a médio e longo prazo. Segundo o pesquisador, isso significa dizer que ao estudar os efeitos das informações é necessário analisar o espaço de tempo que compreende a publicação da notícia até uma ação do público referente àquela notícia.

O terceiro pressuposto evidencia que as informações são capazes de imprimir tendências de pensamento e ações no público. Para Hohlfeldt (2001) a médio e longo prazo, os temas debatidos pela mídia podem passar a compor as agendas sociais do público, ou seja, dentro das discussões de âmbito social.

Para Wolf (2003), tais tendências e ações do público a partir das informações midiáticas podem ser despertadas pela organização e hierarquização das informações transmitidas. Todos os dias os meios de comunicação selecionam os assuntos e temas que consideram ser relevantes para o conhecimento do público, ou seja, eles constroem a ordem do dia. Com essas informações selecionadas, se estrutura uma hierarquia de forma que sejam elencadas quais das notícias são consideradas importantes e mais relevantes para o público. Dessa forma, segundo Wolf (2003), o público passa a confrontar as informações que já possuem com as novas, transmitidas pelos meios de comunicação, e assim constrói uma imagem da realidade.

Clóvis Barros Filho (1995) também elenca formas de apresentar as notícias que podem impactar o público. São elas a acumulação, a centralidade e a tematização. A acumulação

consiste na ação da mídia de destacar um tema dentre os vários fatos cotidianos que são transformados em notícia. A centralidade é característica da mídia de colocar um assunto como importante para se debater, posicionando-o no topo da hierarquia das notícias, amplificando sua relevância e significado. Por fim, a tematização é um fenômeno ligado diretamente a centralidade e consiste em dar destaque a um assunto durante um determinado tempo. Uma das ferramentas para fazer a tematização é atualizar com dados novos e acrescentar debates a uma notícia já dada.

Para Hohlfeldt (2001) a sociedade contemporânea tem a necessidade de ter a mídia como àquela que faz a mediação entre si e os fatos que ocorrem ao seu redor, pois os indivíduos que a compõe não conseguem ter um fluxo de informações direto, ou seja, não conseguem participar de todos os acontecimentos por conta do processo de urbanização e globalização. Sendo assim, pode-se afirmar que a configuração da sociedade atual é um dos motivos que fazem a mídia ter impacto na construção da imagem da realidade do indivíduo.

Apesar do impacto que a mídia causa no público, é possível perceber que a sociedade, como um todo, tem papel importante para a seleção de pautas e temas a serem abordados. Isto é o que destaca Hohlfeldt (2001) ao abordar os resultados dos precursores estudos de Maxwell McCombs e Donald. L. Shaw sobre as eleições americanas, em 1968. Além da população, a própria mídia tem o costume de se pautar por outros veículos de comunicação, segundo os estudiosos.

Após reflexão sobre os resultados apresentados por McCombs, Hohlfeldt (2001) argumenta que para que o agendamento da mídia seja eficaz é necessário "um alto nível de percepção de relevância para o tema e, ao mesmo tempo, um grau de incerteza relativamente alto em relação ao domínio do mesmo, levando o receptor a buscar informar-se com maior intensidade a respeito daquele assunto" (HOHLFELDT. 2001, p. 199).

A partir dessa hipótese é possível afirmar que a mídia exerce um impacto direto, porém não imediato, no público. Com as informações passadas pelos veículos de informação, os indivíduos têm a possibilidade de contribuírem com sua visão de realidade com base nos dados colhidos e posteriormente os discutem com outros membros da sociedade.

## **1.2 – O newsmaking**

Diferentemente da hipótese do agendamento, que foca os estudos nos impactos que as notícias ocasionam na vida do público, a linha de pesquisa do *newsmaking* está mais atenta à

produção da notícia, ou seja, a relação entre jornalista e fontes, às técnicas de produção, à forma de seleção de informação dentre outros aspectos. São as pesquisas voltadas para estudar a "potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia" (HOHLFELDT. 2001, p. 203). Em capítulo voltado para discutir o *newsmaking*, Wolf contextualiza a tendência de pesquisa na área dos estudos sobre os emissores. Assim ele afirma que essa abordagem analisa "a *lógica dos processos* com que é produzida a comunicação de massa e o tipo de organização do trabalho dentro do qual se realiza a construção das mensagens" (WOLF, 2003, p. 184).

Wolf (2003) registra que esta área da pesquisa em comunicação teve como estudo precursor o desenvolvido por Kurt Lewin, em 1947, sobre os filtros que as informações sofrem até chegar ao público. Por meio deste estudo Lewin propagou o conceito de *gatekeepers*, que em um primeiro momento foi agregado a imagem de uma pessoa ou grupo que teria o poder de decidir qual informação seria ou não transmitida. Depois, o conceito passou a ser atribuído a uma rede de interesses guiados por valores como organização, eficiência profissional, dentre outros.

Os estudos passaram a salientar que, ao longo da produção, as informações passam sofrem uma distorção inconsciente. Hohlfeldt (2001) argumenta que essa distorção ocorre na escolha e na transmissão de informações passadas através de notícias por causa do "modo pelo qual se organiza, institucionaliza e desenvolve a função jornalística"(2001, p.206). Assim, pode-se perceber que as exigências de produção e modelo de divulgação de informações ligados a um cenário de expectativas profissionais influenciam diretamente a seleção e interpretação das informações a serem transmitidas. Os estudos sobre essa distorção e sobre o *gatekeeper* ajudaram na construção dos estudos do *newsmaking*. A diferença crucial entre as linhas de pesquisa, segundo Wolf (2003), é que no *newsmaking* não se refere ao estudo de um caso particular e sim de fatos ligados a rotina profissional.

Para se estudar os processos de produção da notícia, um dos primeiros passos a ser tomado é analisar como é feita a escolha das informações que serão trabalhadas pelos jornalistas. Hohlfeldt (2001) expõe que o conceito de notícia é desenvolvido a partir da ideia de cultura profissional que significa a junção de simbolismos, retórica, técnicas que criam e perpetuam paradigmas profissionais e autoimagem. Ainda segundo o autor, a cultura profissional aliada a noção de notícia constituem o conceito de noticiabilidade.

Sendo assim, "a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos pelas quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade

finita e tendenciavelmente estável de notícias" (WOLF, 2003, p. 196). Além do extraordinário, são levados em consideração a rotina de produção e o ponto de vista do jornalista para que um fato seja transformado em notícia.

Wolf (2003) afirma que no conceito de noticiabilidade há um componente denominado valores notícias que tem a função de determinar quais fatos são suficientemente interessantes para serem transformados em notícia. Eles são utilizados conjuntamente e estão presentes em todas as etapas da construção da notícia. Outro ponto que o pesquisador ressalta é que eles fazem parte do cotidiano do jornalista.

O pesquisador complementa, afirmando que os valores notícias partem de um consenso entre os jornalistas afim de que sejam discutidos ao longo da produção de notícias. Segundo Wolf (2001), eles também são utilizados para que se tenha uma apuração eficiente onde se poupe dinheiro e tempo.

As pesquisas sobre os valores notícias geralmente são divididas em critérios. Tanto Wolf (2003) como Hohlfeldt (2001) abordaram cinco critérios. Para esse estudo de caso, esses critérios serão tomados para ajudar a analisar a produção da equipe de jornalismo do telejornal **Jornal da Band** nas reportagens sobre crimes cometidos por crianças e adolescentes.

O critério substantivo "está ligado ao acontecimento em si e seus personagens" (HOHLFELDT, 2001, p.209) e é subdividido em importância e interesse da notícia. Para se avaliar a importância das informações, Hohlfeldt (2001) afirma que leva-se em consideração as pessoas (notáveis ou famosas) envolvidas, o impacto que o fato gera sobre o interesse nacional, a quantidade de pessoas relacionadas e se o evento gera algum acontecimento futuro. O interesse está ligado a capacidade de entreter o público, ou seja, de apresentar o inusitado. Ele também compreende histórias de interesse humano.

Os critérios relativos ao produto estão ligados a disponibilidade de equipamentos e às características específicas dos produtos informativos. Wolf (2003) os divide em três subcategorias: disponibilidade, novidade e equilíbrio. O critério da disponibilidade é o exercício do jornalista de ponderar se o acontecimento é viável ser coberto levando em consideração as limitações de equipamentos, tempo e custo. Nesse critério está incluído a brevidade, que consiste em produzir notícias objetivas, que abordam um evento factual. A novidade parte da definição de que notícias sempre devem mostrar algo atual ou uma abordagem diferenciada sobre um tema. Os critérios para avaliar se um fato traz acontecimentos recentes depende do entendimento do jornalista e se o assunto ainda não foi noticiado em outros canais de comunicação. O equilíbrio é referente a uma visão global do produto de informação (jornal,

revista, telejornal e outros). Wolf afirma que os fatos são transformados em notícias sobre esses critérios, buscando uma diversidade de informações ou de assuntos, com o objetivo de atrair um grande número de público.

O terceiro grupo é composto por critérios que são relativos ao meio. Segundo Hohlfeldt (2001) o mais importante nessa perspectiva é a forma como a informação vai ser veiculada. O primeiro critério proposto por Wolf (2003) é denominado espaço. Este trata do espaço ou tempo destinado para a veiculação de uma notícia. A partir desse critério é decidido com qual profundidade o fato será abordado e se há, de fato, viabilidade de colocá-lo no periódico ou telejornal. Outro critério referente ao meio é o da qualidade técnica. Mesmo que o fato seja noticiável, por vezes, ele não é utilizado, por exemplo, por não ser possível fazer uma imagem de qualidade que ilustre o acontecimento. Esse critério é utilizado tanto no jornal impresso como no televisivo. Hohlfeldt (2001) acrescenta o critério de bom texto narrativo e material visual. Além de bem contado, o fato tem que possuir imagens condizentes. O pesquisador também fala de outros dois sub critérios de noticiabilidade que são a frequência e o formato. A frequência diz respeito ao acesso que o jornalista tem a fonte ou local do acontecimento e a possibilidade de dar prosseguimento a uma cobertura. A forma está relacionada à disposição padrão dos fatos característico de cada veículo de informação.

Há os critérios relativos ao público. Essa categoria "refere-se a imagem que o profissional ou o veículo possuem de seus receptores e o modo pelo qual se preocupam em (bem) atendê-los"(HOHLFELDT, 2001, p.213). A primeira categoria é referente a estrutura narrativa. Segundo Wolf (2003), o texto tem que ser claro de forma que o público entenda a história que está sendo contada. Hohlfeldt (2001) complementa que, além de ser clara a notícia deve atender à necessidade de informações referentes a serviço. Ele também fala da categoria da protetividade que está relacionada à prática de se evitar divulgar as informações de forma a instigar pânico, trauma ou ansiedade no público.

Por fim, o quinto grupo de critérios é referente a concorrência. Como os meios de comunicação pertencem a empresas, elas concorrem entre si, buscando sempre dar a informação primeiro que as outras. A principal categoria desse grupo de critérios é o a exclusividade. Wolf (2003) aponta que essa categoria surge da vontade de conseguir um furo de reportagem ou da ânsia de não deixar de noticiar um fato que o concorrente veiculou. Sendo assim, muitas vezes os fatos são escolhidos para virar notícias pois possuem informações que outros veículos não possuem ou porque a concorrência abordou o assunto.

A rotina e a escolha de valores notícias se diferencia de redação em redação, porém, os estudos na perspectiva do *newsmaking* apontam que existem fases da produção da notícia que estão presentes em na grande parte dos veículos de comunicação. Wolf (2003) e Hohlfeldt (2001) dividem as etapas de produção em três: coleta, seleção e apresentação.

A coleta consiste em na captação de informações pelo jornalista. Para Wolf (2003) e Hohlfeldt (2001) essa etapa de produção sofreu grandes mudanças no atual modelo de jornalismo. Wolf (2003) cita como uma dessas mudanças uma prática que ele define como "quebra da ideologia profissional", onde não é mais o jornalista que vai atrás da notícia, e sim o contrário. O pesquisador aponta como causa dessa prática as limitações técnicas como curto tempo para a produção e a necessidade de ter um número suficiente de notícias para preencher todo um produto de comunicação, como o telejornal. Sendo assim, a coleta de informações está ligada diretamente com a necessidade de um fluxo consistente e constante de notícias capaz de confeccionar o produto exigido. Ele aponta como consequência uma circularidade de temas e fontes e uma limitação nos canais de coleta.

Uma forma de captação de informações é através da utilização das fontes. Wolf (2003) afirma que a relação entre fonte e jornalista é como se fosse um cabo de guerra onde vence quem tem o poder de interpretação dos fatos. De forma genérica Wolf dividiu as fontes entre verdadeiras e de informação. A primeira diz respeito às pessoas que fornecem informações, por meio de entrevista e observação do jornalista, para se produzir uma notícia. A segunda faz referência às agências de notícias. Diferentemente das pessoas, as agências já fornecem para o jornalista "unidades notícias" ou seja, informações já pré apuradas e estruturadas de forma a serem aproveitadas ao máximo para a produção da notícia.

Partindo dessa afirmação de Wolf (2003), pode-se observar que há uma tendência de consultar mais determinadas fontes que outras. Essa tendência é consequência do acesso dos jornalistas às fontes e delas aos jornalistas. O autor ainda destaca quatro fatores que são relevantes nas escolhas das fontes. São eles os incentivos, o poder da fonte, capacidade de fornecer informações fidedignas e sua proximidade social e geográfica aos jornalistas. Dentre eles, o mais importante é a garantia de informações verdadeiras.

Hohlfeldt (2001) divide as fontes em outras características. Para ele, as fontes podem ser institucionais, que são aquelas que fazem o papel de porta-voz de um órgão, e oficiosas, que são as que pertencem a uma instituição administrativa, mas não podem representar o órgão. Há também as fontes passivas e ativas. As passivas são aquelas que se manifestam apenas quando são convidadas e as ativas as que tomam a iniciativa de oferecer informações. Ainda têm as

fontes provisórias e as estáveis. A primeira é aquela que se tem contato por conta de um evento exclusivo e a segunda é a que o profissional recorre sempre que necessita de informações sobre um assunto específico.

A seleção é basicamente a conversão das informações levadas para a redação em notícia. Segundo Wolf (2003), ela corrobora para a organização racional da rotina de trabalho e do produto informativo. A seleção ocorre ao longo de todo o processo de apuração e produção da notícia. Ela começa a acontecer na seleção dos fatos que se tornaram notícias, pela escolha dos valores e se encerra na organização da ordem em que as matérias vão aparecer.

Wolf (2003), acrescenta que para compor o produto informativo final, os chefes de redação procuram fazer uma disposição em que as matérias componham uma síntese do que ocorreu de mais importante nas últimas, antes da veiculação do jornal. Na escolha dessas notícias são levados em consideração o formato, o tempo de produção e a qualidade técnica da notícia.

Ao longo de todo o processo de construção da notícia existe um trabalho para moldar os fatos para que esses se adéquem às exigências dos formatos dos produtos de comunicação e ao cotidiano das redações. Para Hohlfeldt (2001) a edição é um processo de descontextualização e a recontextualização da informação para se transformar em notícia. No processo de edição, Wolf (2003) entende que é feito o trabalho de contextualizar a notícia dentro do produto informativo. Isso significa dizer que nesse momento as notícias são dispostas de uma tal maneira que fiquem agrupadas de forma a ter relação umas com as outras e para que sejam adaptadas aos conteúdos do noticiário. Para ele, isso se dá por conta do formato rígido dos produtos de informação.

Wolf (2003) acrescenta que também faz parte da função de edição, principalmente as referentes à radio e à televisão, construir uma narrativa com início, meio e fim. Wolf (2003) aponta também outro papel da edição, que é o de ressaltar as informações mais significativas da notícia, segundo a ótica dos jornalistas. Como exemplo, pode se citar a utilização de dados para exemplificar a atual situação da criminalidade entre crianças e adolescentes e pesquisas que mostrem a opinião da população sobre a possibilidade de reduzir a maioria penal. Ainda segundo Wolf (2003), ao longo da fase de apuração, o jornalista já destaca os pontos mais importantes de um determinado acontecimento. O editor, então, salienta outros pontos daqueles já evidenciados. Essa ação de fazer um recorte daquilo que já foi destacado, segundo o autor, aumenta o efeito da distorção involuntária.

Após as perspectivas do *newsmaking* é importante salientar que a relevância dessa linha de pesquisa está na "oportunidade concreta de unir os principais ramos da pesquisa, o sociológico e o especificamente da comunicação"(WOLF, 2003, p. 181). Isso representa uma convergência entre as áreas de pesquisa para realizar de forma mais ampla os estudos em comunicação. Além disso, os estudos ajudam a perceber, segundo Wolf (2003), a complexidade de elementos que compõe a cobertura informativa e a representação social que a mídia apresenta.

### **1.3 – A televisão**

Desde que começaram as primeiras transmissões em meados de 1920, a televisão despertou muitos questionamentos. Grande parte dessas indagações são ocasionadas pela abrangência do meio. Arlindo Machado (2000) afirma que muitas teorias foram desenvolvidas para estudar a forma como as sociedades contemporâneas constroem relações dentro do campo político, econômico e social com esse meio. Ele considera que a televisão foi o meio hegemônico do século XX.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2011 96,88% dos lares brasileiros possuíam, pelo menos, um aparelho de televisão. Além disso, pesquisa realizada em 2013 pela Secretaria de Comunicação da presidência da república, aponta que 97% dos brasileiros assistem televisão e que 76,4% afirma ser este o veículo de comunicação preferido. Por conta dessa disseminação, pode-se perceber a dimensão e a importância do meio no Brasil.

Pierre Bourdieu (1997) afirma ser a televisão um instrumento que, hipoteticamente, atinge todo o mundo. Para ele este é um meio de comunicação de massa que, na maioria dos casos, transmite informações manipuladas e, por vezes, sem importância. Isso ocorre pois, segundo ele, os conteúdos transmitidos pela televisão são impostos a censuras para atender às limitações técnicas inerentes a forma de produção de conteúdo para o meio. Bourdieu (1997) também afirma que o veículo é a única fonte de informação para uma parcela do público. Sendo assim a televisão poderia ser um ótimo meio para a transmissão de informação e conhecimento, porém acredita que ela não desenvolve esse papel.

Seguindo um pensamento similar, Arlindo Machado (2000) classifica o meio de comunicação como um produtor cultural, já que pode disseminar informações e produtos artísticos para um grande número de pessoas ao mesmo tempo. Para Machado (2000) a televisão



pode ser analisada de duas maneiras. Ela pode ser estudada como fenômeno de massa que causa impacto na sociedade contemporânea. Assim ela teria uma análise sociológica que, por vezes, se preocupa mais com a audiência do que a qualidade do produto televisivo, já que o foco é estudar sobre a influência que o meio ocasiona no público. A segunda forma é centralizada na análise da qualidade televisiva. Nessa perspectiva a televisão é vista como um dispositivo pelo qual uma sociedade pode mostrar sua realidade aos seus contemporâneos.

Machado (2000) por sua vez, afirma que, em meio a infinidade de trabalhos que tem a televisão como objeto de estudo, muitos pesquisadores acabam negligenciando o meio. O pesquisador argumenta que isso ocorre por conta da falta de qualidade da experiência que esses estudiosos têm com o meio de comunicação. Sendo assim, é necessário identificar qual o conceito de televisão que está se trabalhando em uma pesquisa.

Conforme as pesquisas sobre a televisão foram avançando, passou-se a utilizar, em meados de 1980, o termo *televisão de qualidade* para denominar um conceito de televisão. Esse conceito geralmente é relacionado a um modelo ideal de televisão. Ainda hoje, não há um consenso sobre o significado que, geralmente muda de acordo com a perspectiva adotada pelo pesquisador. Machado (2000) explica que alguns pesquisadores consideram que qualidade em televisão acontece quando o veículo é utilizado para disseminar produtos artísticos transmitindo peças de teatro, apresentações de orquestras e outras intervenções dentro do campo das artes. Há também a possibilidade do termo estar ligado a questão técnica, ou seja, a qualidade de imagem, som, roteiro.

Além das formas já citadas, segundo Machado (2000), a ideia de *televisão de qualidade*, em inglês *quality television* mais comumente utilizado, pode estar relacionada a capacidade de atender as demandas do público com a utilização de métodos e linguagem inovadoras para produzir um produto ou quando é feita uma abordagem moral por meio de programas que tem por objetivo educar. Também existe a possibilidade de entender a televisão como uma construção coletiva. Dentro dessa perspectiva, geralmente, a qualidade é vista como o poder de mobilização e participação que ela pode instigar no público.

Ao se falar de características, assim como os demais meios de comunicação, a televisão possui traços próprios que a distingue de outros meios. Machado (2000) afirma que uma das características é que o meio é composto por gêneros, programas e comerciais. O autor entende por gênero os campos de acontecimentos audiovisuais que reúnem enunciados, técnicas e

elementos televisivos dispostos de tal forma que podem ser identificados e diferenciados pelos produtores e espectadores como uma forma definida independentemente da emissora que é produzido. O pesquisador entende por programa uma série que possuiu características e elementos que a distingue das demais séries apresentadas. Ele pode ser tanto uma peça única, como uma série ou uma programação inteira. Neste trabalho será tratado o gênero jornalístico que tem como principal característica a vinculação de notícias. O programa em questão é caracterizado por sendo um telejornal.

Bourdieu (1997) destaca duas características do meio: o poder de disseminação informações e a manipulação das mesmas. Ele afirma que antes da televisão era impensável conseguir visibilidade pública e expressão em tão larga escala.

Ao falar sobre o poder do meio, Bourdieu (1997) aborda a questão da censura que ocorre no meio. O sociólogo destaca várias formas que ela pode ser feita por meio da televisão. Como uma das maneiras, ele destaca a forma de financiamento de parte dos veículos de comunicação. Para ele, grande parte é gerenciada por grandes empresas de diversos ramos da indústria e comércio, assim alguns fatos não são veiculados pois poderiam afetar os interesses das mesmas.

Machado (2000) também destaca outra característica da televisão que é a presença essencial do discurso oral na construção da programação, apesar das inúmeras possibilidades de estímulos visuais. Isso se dá por conta da grande influência do rádio para construir as primeiras formas narrativas da televisão. Além dessa herança, o autor aponta motivos técnicos e econômicos para se investir na comunicação oral.

## **1.4 – O telejornal**

Um dos gêneros televisivos considerado por Machado (2000) mais complicado de se abordar é o telejornalismo. Para o pesquisador, o gênero é entendido como um "efeito de medição", pois as informações chegam ao público através do crivo do jornalista, assim, todos os componentes utilizados pelos repórteres para a construção da notícia formam uma versão do acontecimento. Diante disto, afirma-se que o gênero é constituído por meio de relações econômicas e sociais atreladas a técnica.

Em texto que discute os métodos utilizados para analisar o telejornalismo, em especial o caso brasileiro, a pesquisadora Itania Maria Mota Gomes entende que o telejornalismo é uma

construção social "no sentido de que se desenvolve numa formação econômica, social, cultural particular e cumpre funções fundamentais nessa formação" (GOMES, 2007, p. 4)<sup>6</sup>. Gomes também defende o caráter histórico do jornalismo. A autora afirma que o telejornalismo é construído não somente por meio das tecnologias já desenvolvidas no passado, mas também pelos contextos históricos, econômicos, sociais e culturais dos séculos passados.

Ao falar sobre este gênero, Machado (2000) assinala que o telejornalismo é composto prioritariamente por uma construção de vozes.

O telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos. Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente com o *seu* discurso com relação aos fatos relatados. (MACHADO, 2000, p. 104).

Dentro do gênero do telejornal, existem diferentes formas de fazer um programa jornalístico. Machado afirma que uma maneira de identificar dois diferentes modelos é perceber como é construída a hierarquia das vozes dentro do programa. A partir dessa perspectiva ele divide o telejornal em dois modelos: o centralizado e o polifônico.

Como modelo centralizado ou opinativo, Machado (2000) define os telejornais que possuem a figura do âncora. O pesquisador entende por âncora, o jornalista que ademais de apresentar ele possui um papel dentro do telejornal que sobrepõe a sua voz das demais. Ele tem o poder de opinar e, dentro do modelo centralizador, de organizar os enunciados e de determinar o momento em que outros repórteres entram ao ar. Em alguns casos o âncora pode acumular cargo de chefia dentro do corpo editorial do telejornal. Sendo assim, no modelo centralizado, a voz do âncora se sobrepõe a dos demais e desenvolve o papel de ligar todas as notícias que serão dadas em uma edição.

O modelo polifônico é definido por Machado como aquele em que a voz dada ao apresentador não é mais importante do que os demais da equipe. Nessa forma de produzir um telejornal, a pessoa que apresenta conduz o de forma indireta. Ela faz o papel de chamar os repórteres para eles apresentarem as notícias. " O enunciado televisual nesse caso, se constrói através de um discurso indireto: o apresentador chama o repórter, que por sua vez chama o

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/126/126>

entrevistado e assim vamos encaixando uma voz dentro da outra, como no recurso linguísticos das citações" (MACHADO, 2000, p. 108). Nesse modelo, os jornalistas, na grande maioria das vezes, não expressam opiniões sobre as notícias. Esse papel é delegado aos comentaristas e personagens das matérias.

Neste trabalho, o programa a ser analisado é o telejornal *Jornal da Band*. Ele é apresentado pelos jornalistas Ticiania Villas Boas e Ricardo Boechat. Uma característica do telejornal é a diferente participação que cada um dos apresentadores faz. Villas Boas além de apresentar o telejornal é editora do tempo. Durante a apresentação do telejornal ela faz a introdução para chamar as matérias e não omite opiniões sobre os temas tratados. Com isso, segundo as definições de Machado (2000) este seria um modelo polifônico de telejornal. Porém Boechat atua de forma diferente na apresentação do programa. No telejornal além de introduzir as matérias ele é autorizado a dar opinião sobre os assuntos abordados seja por meio de comentário ou através de editoriais. Com isso ele assume o papel de âncora descrito por Machado (2000) e posicionado por ele no modelo opinativo. Pode-se perceber que o telejornal assim é composto pela junção dos dois modelos de telejornal descrito por Machado (2000).

Machado (2000) interpreta que os dois modelos de telejornal têm qualidades e pontos negativos. O modelo opinativo expõe os posicionamentos e ideologias de forma aberta ao público. Às vezes, por conta desse perfil, ele pode ser um meio para instigar a opinião pública e a sociedade a respeito de uma temática que diz respeito à coletividade. Porém, essa mobilização pode ser prejudicial ao público dependendo do seu objetivo e das consequências que podem gerar.

Em relação ao modelo polifônico, Machado (2000) salienta que, muitas vezes, a postura interpretativa do jornalista em relação aos fatos é mascarada, se valendo da ideia de construção coletiva, deixando de lado o fato que a produção de notícias não é fruto de um consenso coletivo de todas as partes que a constroem. Mas o pesquisador sustenta que nesse modelo a capacidade de interpretação do público não é negligenciada. Isso ocorre pois o telejornalismo polifônico geralmente não induz o público a uma interpretação ou tenta instigar emoções no público diante dos fatos enunciados.

Na presente pesquisa busca-se analisar de que forma a equipe do *Jornal da Band* utilizou informações, dados e entrevistas para narrar crimes cometidos por crianças e adolescentes e qual papel dessas notícias para o programa. Por se entender que o jornalismo é

um serviço de utilidade pública, o objetivo da análise é estudar se no caso apresentado existe uma precisão ao narrar os acontecimentos e, além disso, observar como o tema da redução da maioria penal é apresentado nas reportagens.

## 2 – Ética, deontologia e responsabilidade social

Bucci (2000) compreende que o jornalismo não é autossuficiente em sua dimensão ética, mas se apoia em correntes filosóficas para lidar com as situações impostas no dia-a-dia. Por isso, antes de entrar especificamente no campo da Deontologia do Jornalismo e em sua dimensão social é necessário expor alguns pontos para entender o campo da ética de uma forma mais ampla. Adiante, a ética no campo do jornalismo será discutida.

A ética é entendida por Luis Martins (2006) como sendo a capacidade que todo o ser humano tem de distinguir entre boas e más ações. Para ele, essa aptidão é inerente a condição humana por toda ela ser dotada de algo denominado consciência. O autor completa que no campo da ética existem diferentes abordagens e matizes que são determinadas dependendo do contexto em que são analisados.

Segundo Martins (2006) a ética pode estar atrelada ao compromisso difundido por uma sociedade na busca do bem de todos. Nessa perspectiva, ela trata dos costumes que são construídos de forma coletiva ao longo do tempo. O autor explica que a ética também pode estar ligada a um contexto social e cultural próprio da cultura de uma sociedade específica.

A pesquisadora Marilena Chauí (1995, pg. 336), também entende que a ética é uma construção histórica e social que decorre dos juízos de valores. Ela explica que estes são mecanismos de avaliação e de interpretação inerentes ao homem que o levam a julgar pessoas, situações ou coisas. Fazem parte dos juízos de valores os éticos que, por vezes, constituem normas de conduta. São eles que ditam compromissos e deveres e julgam comportamentos e ações como corretas e erradas.

Chauí (1995, pg. 337) discorre que dentro da perspectiva de uma conduta ética não é levado em consideração apenas o bem estar do agente da ação mas também as consequências para os demais. Segundo ela, para que exista esta conduta é necessário que o agente tenha a consciência entre o certo e o errado, virtudes e vícios, e se sinta capaz de deliberar entre as

alternativas para praticar ações conforme os valores morais. Com isso o sujeito se torna responsável pelos sentimentos e atos cometidos.

A pesquisadora argumenta que a consciência ética é praticada pelo sujeito moral. Por sua vez, este é aquele que pratica atos de acordo com as normas de boa conduta. Este sujeito só é reconhecido quando atende a quatro prerrogativas. O indivíduo precisa reconhecer-se e aceitar o outro como sujeitos éticos com as mesmas obrigações, ser capaz de dominar seus impulsos e sentimentos para ponderar em situações diversas, ser capaz de arcar com as consequências para si e para o próximo por conta de decisões e atitudes tomadas e "ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que fornecem e o constroem a sentir, a fazer e a querer fazer alguma coisa" (CHAUI, 1995, p. 337) O sujeito moral divide-se em passivo, aquele que aceita todas as regras impostas a ele sem questioná-las, e o ativo, que reflete e questiona os valores éticos e morais impostos por uma sociedade.

Ao abordar os questionamentos de Sócrates e a obra de Aristóteles, Chaui (1995, pg. 342) explica que a ética era concebida por eles como uma forma de educar o sujeito moral, o qual aprenderia a dominar seus instintos conseguindo ponderar sobre as vontades com o objetivo de buscar a felicidade própria e da coletividade. Para a autora, esses filósofos entendiam como propósito da ética a criação da harmonia entre o sujeito ético e os valores coletivos. Sendo assim ela estaria relacionada entre o indivíduo e a sociedade que o cerca.

A ética, portanto, era concebida como educação do caráter do sujeito moral para denominar racionalmente impulsos, apetites e desejos, para orientar a vontade rumo ao bem e à felicidade, e para formá-lo como membro da coletividade sociopolítica. Sua finalidade era a harmonia entre o caráter do sujeito virtuoso e os valores coletivos, que também deveriam ser virtuosos (CHAUI, 1995, pg. 342).

O lado prático da ética é a obediência do indivíduo aos códigos e normas morais. Segundo Chaui (1995), essa concepção surgiu da ética cristã, que defende que as virtudes são realizadas por meio de atos do dever. Com isso foram conceituados três tipos de condutas morais. A primeira é a conduta moral, que consiste em agir de acordo com as regras impostas pelo dever. A segunda é a imoral, que é quando não se seguem as regras e a terceira é a

indiferente à moral, que é válida para aquelas situações em que não se impõe as normas de dever, ou seja, não há distinção entre o bem e o mal.

Sobre o dever, Chaui (1995, pg. 345) explica ainda que para o filósofo Rousseau o dever é a força que move o indivíduo a buscar a bondade que lhe é inerente e que foi corrompida por conta da razão utilitária presente na sociedade. Diferentemente Kant sustenta que o dever é a manifestação da presença da lei moral. O filósofo argumenta que é por meio da utilização da razão prática, aquela que nos faz optar pelos fins éticos, e pelo cumprimento dos deveres que o indivíduo consegue ser livre.

Apesar de ter percepções diferentes sobre o sentido do dever, Chaui (1995, pg. 347) apresenta um ponto de congruência entre o pensamento dos dois filósofos. Ela afirma que tanto para Rousseau como para Kant, é por meio do cumprimento dos deveres que o indivíduo consegue exercer a ética, pois sem eles a pessoa não é capaz de fazer o bem ou de encontrar a bondade interior.

As respostas de Rousseau e de Kant, embora diferentes, procuraram resolver a mesma dificuldade, qual seja, explicar por que o dever e a liberdade da consciência moral são inseparáveis e compatíveis. A solução de ambos consiste em colocar o dever em nosso interior, desfazendo a impressão de que ele nos seria imposto de fora por uma vontade estranha à nossa.

Rousseau e Kant procuram conciliar o dever e a ideia de uma natureza humana que precisa ser obrigada à moral (CHAUI, 1995, pg. 347).

Tomando esses conceitos como base para o presente trabalho, a ética será interpretada como uma construção histórica que viabiliza o julgamento entre ações boas e ruins. Além disso, entende-se que a ética manifesta-se por meio de ações que tem por objetivo a busca pelo bem coletivo.

## **2.1 – A Ética das redações**

Eugenio Bucci (2000) afirma que o principal objetivo do jornalismo é divulgar aquelas informações que os cidadãos querem, precisam e tem direito em saber. Sendo assim o debate ético é importante principalmente para o público pois o jornalismo é um serviço que garante um direito fundamental que é o de ser informado.

Para abordar a ética, Luis Martins (2006) descreve o que denomina de os sete matizes da ética. O primeiro é referente aos costumes, o segundo trata da moral referente a um contexto cultural de uma determinada sociedade, o terceiro é a deontologia, o quarto é a legalidade, o quinto é a legitimidade, o sexto é o altruísmo e o sétimo é a ética da urgência. Para este trabalho será destacada o matiz da ética da deontologia. Segundo ele, esta acontece quando a ética está inserida dentro de um contexto específico como a cultura técnica-profissional. Nesse sentido, ocorre reflexão tanto dos profissionais sobre o que eles pensam de si e das ações e atividades inerentes a categoria, quanto do que a sociedade espera deles. Para garantir a ética, geralmente as categorias profissionais possuem seus próprios códigos e normas. Ou seja:

É quando a ética se circunstancia ao tempo e ao espaço no contexto da formação de uma cultura (ethos) muito específica, por tanto uma reflexão endógena, como sobre uma categoria pensa a si própria e sobre suas melhores condutas; quando exógena, como a sociedade os vê e o que deles se espera (MARTINS. 2006, pg. 93).

Pereira e Maia (2011), afirmam que os códigos deontológicos podem servir como um instrumento de garantia da independência do jornalista dentro das empresas de comunicação. Para Eugênio Bucci (2000), os códigos são uma forma de ajudar na construção de parâmetros que auxiliam os jornalistas a escolherem entre atitudes que, à primeira vista, são certas, mas que podem gerar algum tipo de prejuízo em um segundo momento. O autor argumenta que os códigos são necessários pois as decisões que os jornalistas precisam tomar na rotina produtiva não são, de forma alguma, pragmáticas.

Porém, Bucci (2000) argumenta que a ética na imprensa não se resume a normas e regras sobre o comportamento dos repórteres. Ela é a encarnação de valores na mídia que só podem existir com o esforço e comprometimento dos profissionais, boa vontade dos empregadores e fiscalização da sociedade. Dessa forma o jornalismo tem como princípio fundamental os interesses da sociedade.

A ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público. A liberdade de imprensa é um princípio inegociável, ele existe para beneficiar a sociedade democrática em sua dimensão civil e pública, não como



prerrogativa de negócios sem limites na área da mídia e das telecomunicações, em dimensões nacionais e transnacionais (BUCCI, 2000, p.12).

A busca de atitudes que tragam benefícios para a sociedade é o que Bucci (2000, pg.15) entende por ética. O pesquisador, assim como Chaui (1995, pg.337), parte do princípio de que as atitudes éticas surgem do agente que é consciente e tem liberdade para decidir por suas atitudes. Dessa forma, ele argumenta que a ética não é constituída apenas pela consciência do agente, mas principalmente por meio de suas ações.

Por entender que a comunicação é um serviço público, Bucci (2000, pg.18) argumenta que no campo da ética, a prática do jornalismo deve se balizar na defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e de pontos de vista, e da vigilância das ações governamentais. O jornalismo assim tem como função ajudar e contribuir para a disseminação desses valores. O autor afirma que a imprensa se concretiza a partir da relação de confiança entre profissionais e público e que isto é fruto do trabalho balizado na ética.

Do mesmo modo está no fundamento da ética jornalística, qualquer que seja a sua acepção, a defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e de ponto de vista, e da vigilância dos atos do governo. De forma de o que pode haver de melhor na imprensa é aquilo que contribua para o aperfeiçoamento dos princípios e dos valores sobre os quais repousa sua própria liberdade (BUCCI. 2000, pg. 18)

Porém na rotina de produção das redações existem conflitos de interesses que podem ameaçar a prática ética do jornalismo. Bucci (2000, pg.12) declara que no dia-a-dia das redações de jornalismo é difícil analisar a deontologia em cada ação que o profissional faz. Porém ele argumenta que se o jornalista busca fazer um trabalho de qualidade, ou seja, tenta contemplar as várias versões do fato e confere as informações, a ética estará presente. Isso porque ao fazer um serviço de qualidade o jornalista estará sendo honesto com o público.

O autor afirma que a maioria das empresas entende que para oferecer um serviço de qualidade é necessário que o veículo tenha liberdade editorial. Essa por sua vez é constantemente ameaçada por conta dos conflitos de interesse que dizem respeito ao indivíduo - favorecimento próprio - ou a empresa - interesse dos anunciantes e governo.

O público não vai atrás do anunciante, mas o contrário. Este é que vai atrás do público, beneficiando-se legitimamente da relação de confiança que vincula o cidadão-consumidor a tudo aquilo que o jornal ou a revista publicam. Por tanto, na lógica que inspira o método “igreja-estado”, para atrair e manter anunciantes é preciso cativar, conquistar e manter o público. Não o inverso. (BUCCI. 2000, pg.66)

Para diminuir o problema do conflito de interesse ligado a empresa, Bucci (2000, pg. 64) sugere a separação entre o setor de marketing e a redação da empresa de comunicação. Ele denomina essa separação como o método *Igreja-estado*. Nesse caso os dois setores trabalham paralelamente. A redação direciona o trabalho para atender as demandas do público por informação de qualidade e o marketing foca em manter um forte veículo de informação para atender as demandas dos anunciantes. Nesse contexto os jornalistas não precisam entrar em contato com o setor do marketing para discutir linhas editoriais nem conversar sobre pautas ou entrevistas. Por sua vez, os jornalistas não interferem no trabalho feito pelo marketing. Para o autor, isso não significa que todos os problemas de influência serão resolvidos, mas o método serve para tornar possível a relação entre a vida empresarial com a ética na imprensa.

A separação entre “igreja” e “estado”, ou melhor, a “filosofia” que inspira essa separação permite que os jornalistas se dediquem exclusivamente a bem informar o público, e que a área comercial deixe claro aos anunciantes e financiadores, além de outros parceiros comerciais, que não há a possibilidade formal de que eles interfiram indevidamente nos conteúdos editoriais. As regras de relacionamento com os clientes adquirem mais eficácia: o mesmo vale para todos. (BUCCI. 2000, pg.64)

Além do conflito de interesses por pressões financeiras, Bucci (2000) afirma que existem conflitos por convicções e crenças do próprio jornalista. Segundo ele, no campo do jornalismo assim como no campo da antropologia o objeto não se distingue claramente do sujeito. Porém, diferentemente da etnografia o jornalista fala de pessoas de sua própria cultura.

Bucci (2000) aponta que uma forma de passar a informação sem prejudicar o teor dos fatos a serem relatados é o equilíbrio entre o distanciamento e a parcialidade do jornalista. Ele argumenta que é um erro julgar que a emoção do repórter diante do fato narrado atrapalha na precisão, pois quando retiradas do relato, tira-se também a humanidade do acontecimento. Portanto, o profissional não deve anular as convicções que possuem, porém não deve deixar que elas impeçam de construir a notícia buscando a pluralidade de fontes e a exatidão das informações.

A objetividade possível não é portanto a correspondência fria de uma descrição a objetos inanimados ou inumanos, mas o impacto quente dos fatos produzidos por seres humanos no discurso ininterrupto do jornalismo. Banir a emoção da informação é banir a humanidade do jornalismo. (BUCCI, 2000, pg. 95)

Bucci (2000) acrescenta que a preservação da ética no jornalismo e nos meios de comunicação devem ter como principal objetivo prestar um serviço de qualidade ao público. Isso significa que os profissionais da área devem ser cobrados a agir com responsabilidade social. Seguindo esse raciocínio, o pesquisador entende que o dever do jornalista vai além de divulgar dados. Age com ética aquele que além de informar esclarece o público sobre um determinado assunto por meio de informações verdadeiras e completas.

Tendo em vista que o jornalismo é um serviço público, a busca pela liberdade de expressão, que segundo Pereira e Maia (2011) é peça chave para legitimar a profissão, só é alcançada quando se reduz ao máximo os conflitos de interesses na construção da notícia. Bucci (2000) afirma que a ética na imprensa não depende somente dos jornalistas, mas se estende pelas empresas de comunicação e sociedade. "A desinformação não se deve apenas a maus profissionais, mas também a atitudes empresariais que revelam falta de compromisso com o direito de informação"(BUCCI, 2000, p.36), completa.

## **2.2 – Os códigos de ética brasileiros**

Atualmente com a facilidade em divulgar informações que a ascensão da internet possibilitou, Rogério Christofoietti (2011) afirma que uma das formas do jornalismo ratificar e legitimar a identidade profissional são os valores e condutas dos profissionais da área. Segundo o autor, os valores e condutas partem de uma construção coletiva e adesão de um contrato entre os profissionais da categoria, que geralmente está representado em uma lista de códigos deontológicos. Nesses ficam explícitos o que a comunidade profissional entende por boas e más condutas. O autor afirma também que os códigos de conduta servem para definir padrões de ações e sinalizar reflexões sobre a rotina de trabalho.

Diferente das leis e decretos, os códigos brasileiros possuem funções de recomendação e aconselhamento. Christofoietti (2011) esclarece que por conta dessas características a obediência aos códigos depende da consciência de cada profissional. O autor afirma ainda que

os códigos se apresentam como primeira medida na busca por retidão das condutas e defende que as comissões de ética são importantes para fiscalizar a aplicação dessas normas.

Os códigos deontológicos podem ser construídos pelas empresas de comunicação para normatizar as condutas dos funcionários mas também são elaborados por sindicatos, associações e federações que atendem aos profissionais do jornalismo. No Brasil existem pelo menos quatro códigos que possuem significativa abrangência. São eles o Código de Ética da Radiodifusão Brasileira elaborado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)<sup>7</sup>, Código de Ética e Autorregulamentação da Associação Nacional dos Jornais (ANJ)<sup>8</sup>, Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros da Associação Brasileira de Imprensa<sup>9</sup> (ABI) e o da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj)<sup>10</sup>.

Os códigos da Abert e ANJ tem como principal objetivo ditar normas para a imprensa de forma geral. Eles foram elaborados por empresários do setor e abordam princípios mais amplos como a liberdade de expressão, respeito à dignidade humana, defesa da democracia e da livre iniciativa. A distinção entre os dois códigos é que o primeiro prevê penalidades, como a veiculação de campanhas educativas, para as empresas que descumprirem o código, enquanto o segundo não faz qualquer menção de punição para aqueles que não seguirem as diretrizes do código.

Para esta pesquisa, optou-se em trabalhar com os códigos de ética<sup>11</sup> da Associação Brasileira de Imprensa<sup>12</sup> e o da Federação Nacional de Jornalistas<sup>13</sup>, isto porque estes possuem normas que objetivam guiar as ações dos jornalistas e das empresas de comunicação de forma mais específica. Outro fator importante para a escolha dos documentos é que eles foram elaborados a partir de reuniões de jornalistas em congressos nacionais. Por tudo isso, entende-se que estes códigos representam e tem maior aplicabilidade na rotina de produção das redações das empresas de comunicação.

---

<sup>7</sup> Disponível em:

[http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=15&Itemid=9999999](http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=15&Itemid=9999999)

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.anj.org.br/codigo-de-etica-e-autorregulamentacao>

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>

<sup>11</sup> Vide em anexo

<sup>12</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

<sup>13</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi criada em 1908 por Gustavo de Lacerda. Segundo informações da associação, ela tem por objetivo garantir os direitos assistenciais dos jornalistas. Para corroborar com essa função foi desenvolvido o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. O código possuiu 27 artigos e está dividido em cláusulas que abordam o direito à informação, deveres do jornalistas, penalidades e denúncias.

Em 7 de setembro de 1946, foi criada a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Segundo a federação, a entidade serve para desenvolver regras que organize a profissão além de buscar leis que assegure benefícios aos jornalistas e informações plurais e éticas ao público. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros da federação entrou em vigor em 4 de agosto de 2007 depois de aprovado no Congresso Extraordinário de Jornalista que ocorreu na cidade de Vitória (ES) em agosto de 2007. Ao todo o documento possui 19 artigos divididos em cinco capítulos que falam sobre o direito à informação, a conduta profissional do jornalista, a responsabilidade social do jornalista, relações profissionais e a aplicação do Código de Ética.

A maioria dos pontos abordados nos dois códigos são similares. Nas duas normas o direito fundamental do cidadão ao acesso à informação serviu de base para o desenvolvimento dos artigos. Além disso os códigos defendem o direito a expressão e buscam assegurar a liberdade de imprensa. Outro ponto de congruência são as penalidades impostas aos que não seguirem o código. Em ambos os regulamentos, as punições para aqueles que infringirem as regras de boa conduta são advertência, suspensão e exclusão dos sindicatos caso sejam filiados. Aos que não tem vínculo com as entidades a penalidade é a proibição de ingressar no quadro de filiados dos sindicatos.

Para efeito de análise, serão destacados destes códigos, artigos que reforcem a prática ética do jornalismo defendida por Bucci (2000), ou seja, a defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e de pontos de vista, e da vigilância das ações governamentais.

O código de ética da Fenaj no artigo 2, incisos I, II e IV, afirmam que a divulgação de informações precisas é um dever dos meios de comunicação. Além disso, salienta que as notícias devem atender ao interesse público e precisam ser pautadas pela veracidade dos fatos. O regulamento da ABI também traz essas mesmas obrigações e acrescenta que é dever dos meios de comunicação divulgar toda informação que pode produzir efeito na vida da sociedade.

De acordo com os artigos expressos nos códigos, as duas instituições entendem que a conduta do jornalista deve ser a de defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e a liberdade de expressão e pensamento. Além disso o profissional precisa divulgar fatos de interesse público, respeitar o direito à privacidade do cidadão e difundir informações precisas e corretas.

Ouvir o maior número de pessoas envolvidas no fato e não impedir a manifestação de pensamentos divergentes ou o livre debate, segundo os códigos, fazem parte da conduta ética do jornalista. Isso porque com a pluralidade de fontes as informações ficam mais precisas e as matérias ganham diferentes versões para o fato, o que colabora para a divulgação de informações exatas.

O código de ética dos jornalistas da Fenaj vai além. O 10º artigo alerta que toda opinião feita nos meios de comunicação deve ser expressa com cuidado. No artigo 9 a norma afirma que os jornalistas devem zelar pela presunção da inocência, ou seja, antes do julgamento no tribunal, qualquer pessoa é considerada inocente. Para completar, o código afirma que o jornalista deve buscar provas que deem suporte as matérias. Segue tabela que ilustra os artigos destacados para a análise:

**Tabela I - Artigos dos Códigos de Ética sobre a prática do jornalismo**

<b>ARTIGOS</b>	<b>FENAJ</b>	<b>ABI</b>	<b>AMBOS</b>
Divulgar fatos de interesse público	-	-	X
Precisa e correta divulgação de informações	-	-	X
Defender princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos	-	-	X
Liberdade de expressão e pensamento	-	-	X
Respeitar o direito à privacidade do cidadão	-	-	X
Promoção de garantias individuais e coletivas	X	-	-
Não pode impedir a manifestação de pensamentos divergentes ou livre debate	-	-	X
Respeitar a presunção da inocência	X	-	-
Opinião deve ser expressa com responsabilidade	X	-	-
Pluralidade de fontes: ouvir o maior número de pessoas envolvidas no fato	-	-	X
Buscar provas que fundamentem as informações de interesse público	X	-	-
Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar	X	-	-

Fonte: Autora com informações do código de ética da Fenaj e ABI

### 3 – A discursão sobre a redução da maioridade penal

A redução da maioridade penal é um tema que gera muitos debates. Com o surgimento e a divulgação pela imprensa de casos em que crianças e adolescentes são apontados como envolvidos em crimes graves, a discursão ganhou fôlego na sociedade. Para entender melhor o tema abordado pelas reportagens que, posteriormente, serão analisadas, é necessário obtermos sobre o conceito de maioridade penal e o caminho percorrido até o atual entendimento jurídico sobre o assunto.

Entre o século XIX até o início do século XX, Fernanda Carolina de Araújo (2008) afirma que a doutrina de direito no Brasil, ou seja, o entendimento jurídico acerca da questão, era o do tratamento penal indiferenciado, em que crianças, adolescentes e adultos cumpriam penas pelos atos infracionais nos mesmos estabelecimentos criminais. A diferença ficava por conta do tempo da pena que, para os adolescentes, era de um terço da imposta para o adulto. A autora afirma que naquela visão só eram contempladas as intenções de retribuição. Isso significa que a única preocupação é que a criança e o adolescente pagassem por aquilo que cometeram com anos de cadeia, sem se levar em consideração o desenvolvimento e a ressocialização desse indivíduo.

Fabíola Geoffroy Veiga Real (2011, pg.18) explica que só com a promulgação do decreto nº 17 943-A de 12 de outubro de 1927, pelo Congresso Nacional, o Código dos menores, consolidou leis sobre crianças e adolescentes. Apesar disso, o código não era abrangente, destinava-se apenas aqueles indivíduos considerados com situação irregular. Nele está previsto a criação de juizados para esse público e a proibição de trabalho para crianças menores de 12 anos. Porém, para aqueles que cometiam infrações ainda persistiam reclusões sem garantias, como o de advogado para defesa, com e privação de liberdade.

Os atuais direitos e deveres da criança e do adolescente no Brasil foram adquiridos depois de anos de debates sobre a importância do papel dos indivíduos nessa faixa etária para a construção da sociedade. O desenvolvimento deles só foi possível a partir do crescimento do entendimento sobre os direitos humanos, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em 1945, e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desenvolvido pela mesma instituição.

Para Real (2011, pg. 10) a criança e o adolescente na perspectiva dos direitos humanos são sujeitos prioritários ademais também são defendidos de forma transversal pelos direitos à

saúde, educação, proteção e outros. Ainda segundo a autora, as conferências organizadas pela ONU, em que a criança e o adolescente estavam no centro dos debates, foram decisivas para a criação de diretrizes de seguridade social desses indivíduos. A primeira ação da organização nesse sentido foi a Declaração Universal dos direitos da criança,<sup>14</sup> aprovada em 1959. O documento prevê 10 condições essenciais para a vida durante a infância e a juventude. Dentre eles estavam educação, moradia e alimentação.

Segundo Real (2008, pg. 20), a partir de 1964, durante o regime militar, o Brasil passou a adotar o assistencialismo à criança e ao adolescente como política nacional, por meio do Programa Nacional do Bem-estar do Menor, que deu origem à Fundação do Bem-estar do Menor (FEBEM). “Todas essas iniciativas basearam-se na Declaração dos Direitos da Crianças, das Nações Unidas, apesar de possuírem em seu escopo, fortes traços do regime ditatorial adotado.” (REAL, 2008, pg. 20).

Com a Convenção das Nações Unidas de Proteção Integral à Criança, em 1989, a organização estabeleceu diretrizes que foram usadas como base para outros tratados e documentos sobre a temática. Dos documentos criados posteriormente para complementar as diretrizes da Convenção, destaca-se as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade, adotado na 68ª Sessão plenária de dezembro de 1990 e as *Diretrizes de Riad*, para prevenção da delinquência juvenil, do mesmo ano.

As Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade têm por objetivo estabelecer normas que assegure a dignidade humana de crianças e adolescentes que cometem delitos, visto que jovens nesta situação estão em estado de vulnerabilidade elevado. As regras deixam claro o posicionamento da instituição de que o cerceamento de liberdade deve ser medida utilizada como último recurso e pelo mínimo tempo necessário. Para a ONU é dever das autoridades estatais desenvolver ações que expliquem ao público a importância da ressocialização do jovem (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1990)<sup>15</sup>.

No documento, a ONU deixa estabelecido que é considerado jovem o indivíduo que tenha menos de 18 anos. No documento está registrado que, quando presas as pessoas nessa faixa etária devem ficar reclusas em estabelecimentos de detenção de menores. Durante o período de

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegNacUniProtMenPrivLib.html>



reclusão os direitos humanos dessas crianças e adolescentes devem ser respeitados, sendo assim a instituição prisional deve assegurar o desenvolvimento intelectual, psicológico e cultural do recluso. Além disso, a não ser em situações adversas, crianças e adolescentes devem ficar em celas separadas de adultos. Por fim, o documento prevê que as medidas disciplinares devem contribuir para a formação do senso de responsabilidade e vida em comunidade (ONU, 1990)<sup>16</sup>.

As *Diretrizes de Riad* visam prevenir a delinquência infantil e partem do pressuposto que, quando devidamente orientados e acompanhados, os jovens podem desenvolver atividades benéficas a sociedade e assim não cometem atos criminosos. Para isso é necessário a criação de medidas para as diversas necessidades dos jovens, em especial aqueles que esteja em situação de insegurança social. Essas medidas devem envolver a comunidade em serviços e programas, além de estimular os jovens a participar de políticas de prevenção a delinquência (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – Unicef, 1990)<sup>17</sup>.

Ademais, consta no documento que, para prevenir a delinquência infantil, são necessários o envolvimento e o engajamento dos meios de comunicação na forma de divulgação de informações sobre o papel e a contribuição positiva do jovem à comunidade. Também é preciso evitar a transmissão de atos violentos e fazer a difusão equilibrada de campanhas contra drogas (Unicef, 1990)<sup>18</sup>.

Segundo Araújo (2008), a partir da Convenção das Nações Unidas de Proteção Integral a Criança passou a vigorar no campo jurídico brasileiro a doutrina da proteção integral. Esta entende que crianças e adolescentes estão em uma fase de desenvolvimento, e são reconhecidos como sujeitos de direito. Com essa doutrina é inserida a prática de medidas socioeducativas. A doutrina tem por objetivo a busca por garantias de condições de saúde e educação para crianças e adolescentes. A eles é assegurada a proteção integral, seja para aqueles em situação de vulnerabilidade, que cometeram atos infracionais ou que não se encaixam em nenhuma dessas situações.

No Brasil, a Convenção das Nações Unidas de Proteção Integral à Criança e as normas e doutrinas complementares, como as supracitadas, estão presentes no artigo 227 da Constituição

---

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> Disponível em:

<http://www.tjpr.jus.br/documents/116858/3201188/Colet%C3%A2nea+de+Lei+na+%C3%A1rea+da+Inf%C3%A2ncia+e+da+Juventude>

<sup>18</sup> Disponível em:

<http://www.tjpr.jus.br/documents/116858/3201188/Colet%C3%A2nea+de+Lei+na+%C3%A1rea+da+Inf%C3%A2ncia+e+da+Juventude>

Federal<sup>19</sup>, de 1988, e na lei nº 8 069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>20</sup>. Assim como nos documentos da ONU, no Estatuto considera-se criança, pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela situada entre doze e dezessete anos de idade. A lei prevê o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O objetivo é garantir a proteção integral da criança. O Estatuto entende que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento.

O Estatuto também afirma que, quando o adolescente comete atos infracionais, conduta descrita como crime ou contravenção penal, ele é considerado imputável e por isso prevê as penalidades por meio de medidas socioeducativas. Essas medidas devem ajudar a construir um caráter compatível para a vida em sociedade (ARAÚJO, 2008).

Segundo Julio Fabbrini Mirabete, imputabilidade é a habilidade psíquica de distinguir atos como sendo dentro da legalidade e de ter a consciência da maneira agir. Sendo assim, maioridade penal é a idade pela qual o indivíduo já pode ser processado penalmente por seus atos, pois são considerados plenamente capazes e maduros para decidir sobre as ações cometidas.

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer se o sujeito tem certo grau de capacidade psíquica que lhe permitia ter consciência e vontade dentro do que se denomina autodeterminação, ou seja, se tem ele a capacidade de entender, diante de suas condições psíquicas, a antijuridicidade de sua conduta e de adequar essa conduta à sua compreensão. A essa capacidade psíquica denomina-se imputabilidade. Esta é, portanto, a condição pessoal de maturidade e sanidade mental que confere ao agente a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se segundo esse entendimento. Para alguns doutrinadores, a imputabilidade não é elemento da culpabilidade, mas seu pressuposto. (MIRABETE, 2003, pag. 173)

No artigo 112 do Estatuto da Criança e Adolescente estão previstas como medidas socioeducativas a advertência (verbal, representada por um termo que é assinado pelas partes); reparar o dano; prestar serviços à comunidade; liberdade assistida; cumprir regime semiliberdade ou internação em tempo integral em estabelecimento educacional; além das medidas já previstas no artigo 101 que são o encaminhamento aos pais ou responsável;

---

<sup>19</sup> Disponível em:

[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=26](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26)

<sup>20</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta.

É importante ressaltar que, segundo o estatuto, as medidas propostas no artigo 112 são aplicadas a adolescentes, ou seja, indivíduos com mais de 12 anos e menos de 18 anos de idade. Para as crianças que cometerem atos fora da conformidade das leis, serão aplicadas as medidas previstas no artigo 101. Aos adolescentes que forem penalizados, irão cumprir as medidas até no máximo três anos ou então quando completarem 18 anos.

Para o adolescente que cometer ato infracional o Estatuto assegura como garantia processual que não será privado de sua liberdade sem o devido processo legal pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; defesa técnica por advogado; assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

### **3.1 – A questão da imputabilidade**

A principal questão colocada no debate sobre a redução da maioridade penal é se apenas com 18 anos o indivíduo é capaz de ter consciência plena sobre os atos que comete. Sobre isso, após analisar os estudos psicanalíticos de Freud e Erikson sobre as fases do desenvolvimento de uma pessoa, Fernanda Carolina de Araújo (2008) argumenta que os estudos apontam que no período entre sete e dezoito anos o indivíduo constrói uma consciência acerca de valores aceitos pela sociedade. Além disso, eles afirmam que qualquer repressão ou problemas nessa fase de desenvolvimento pode gerar como consequência adultos com desvios de comportamento.

Araújo (2008) afirma que, segundo os estudos de Erikson, a fase da adolescência é a mais complicada, pois é nela que o indivíduo enfrenta várias mudanças psicossociais. Ela afirma que é um período de muitas dúvidas e que o papel da família e amigos é muito importante para orientar as dúvidas e reforçar valores.

Assim, não obstante o adolescente já conte com o discernimento necessário para distinguir o certo e do errado e entender o significado de justiça, seus conflitos internos e a busca por sua autoafirmação, muitas vezes, impede que ele se oriente de acordo com tais entendimentos, não podendo ser de modo algum, equiparado ao adulto. (ARAÚJO, 2008, pag. 29)

A autora afirma que as crises psicossociais características da fase da adolescência geralmente não se apresenta na fase adulta, sendo assim não se pode comparar crimes cometidos por adultos com atos feitos por adolescentes. Araújo (2008) sustenta que nesta etapa da vida, por conta do desenvolvimento cultural, social e psicológico, o indivíduo não possui completo entendimento sobre suas ações. É nesse período que é aprimorada a socialização entre os sujeitos, os quais adquirem e adéquam os valores para o convívio na sociedade em que está inserido.

O Juiz de Direito Fernando Capez (2007)<sup>21</sup>, em artigo publicado pelo sítio Migalhas mostra posicionamento distinto de Araújo (2008). Ele argumenta que a maioridade penal sendo determinada como 18 anos dá oportunidade para que indivíduos com 16 e 17 anos cometam crimes graves como homicídios. Ele sustenta que, atualmente, indivíduos com 16 anos já tem plena capacidade de distinguir e ter consciência sobre seus atos, por possuírem legalmente, por exemplo, o direito de fazer cirurgia de mudança de sexo e, caso autorizado pelos pais, casar. Apesar de afirmar que o Estado é por vezes omissor na promoção da orientação a jovens e com os problemas no campo da educação, Capez (2007)<sup>22</sup> entende que as medidas socioeducativas não são proporcionais aos crimes cometidos pelos adolescentes, sendo assim para ele, reduzir a maioridade penal seria uma forma de coibir que esses atos aconteçam. Ele também apresenta uma outra alternativa para a criminalidade dos jovens, o aumento do período para cumprir a medida sócio- educativa.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI40310,91041-A+questao+da+diminuicao+da+maioridade+penal>

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI40310,91041-A+questao+da+diminuicao+da+maioridade+penal>

Dessa forma, não podemos mais insistir em discurso estéril, isto é, de que prisão ou Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) não regeneram, ou de que o Estado deveria proporcionar condições sociais e educacionais ao menor. É claro que essas medidas são a pedra fundamental e estrutural de qualquer mudança social, mas não justificam a resistência das autoridades em mudar a lei penal. Frise-se: os indivíduos maiores de 16 e menores de 18 anos possuem, na atualidade, plena capacidade de entendimento e de volição. Se não houver a redução da maioridade penal ou o aumento do tempo de internação em unidades da Febem, o Estado, mais uma vez, será o maior responsável por fomentar a “fábrica” de criminosos. (CAPEZ, 2007)

O desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, Antônio Pessoa Cardoso (2010, pg. 2)<sup>23</sup>, pensa de forma semelhante ao colega de profissão. Para Cardoso (2010, pg. 2)<sup>24</sup>, o Brasil e o mundo passaram nos últimos 60 anos por diversas transformações culturais e que tanto o Código Penal como o Estatuto da Criança e do Adolescente não acompanharam essas mudanças. Para ele, o acesso à informação e à educação dão subsídio para o adolescente formar consciência aos 16 anos. Para sustentar seu posicionamento ele utiliza como exemplos o fato de que, aos 16 anos, o indivíduo já ser considerado apto para votar e que, com a mesma idade o adolescente pode ser emancipado pelos pais, sendo assim considerado maior de idade.

A consciência política, quando se confere ao menor de 18 anos o direito de escolher seus governantes, deve coincidir com a consciência penal. A Constituição Federal, art. 14, § 1º, inc. II, alínea “c”, o Código Eleitoral consignam o direito de o menor de 18 anos escolher seus governantes e o Código Civil, editado em 2002, reduziu a maioridade civil de 21 para 18 anos de idade, permitindo que o cidadão, com 16 anos, possa constituir empresa, assumir obrigações fiscais e trabalhistas; com tudo isto, a responsabilidade penal não é fixada aos 16 anos, sob o argumento de que o adolescente não tem maturidade para entender que matar, roubar, estuprar são procedimentos errados e as pessoas que se envolvem nessas práticas merecem penas. (CARDOSO, 2010, pg.2)

Tanto Capez (2007)<sup>25</sup> como Cardoso (2010, pg.2)<sup>26</sup> também constroem seu posicionamento defendendo a redução da maioridade penal no aumento de crimes cometidos por crianças e adolescentes. Segundo levantamento feito e divulgada pela Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)<sup>27</sup> só nos cinco primeiros meses

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/infanciaejuventude/images/noticia/maioridadepenalldestonico.pdf>

<sup>24</sup> *Ibidem*

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI40310,91041-A+questao+da+diminuicao+da+maioridade+penal>

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/infanciaejuventude/images/noticia/maioridadepenalldestonico.pdf>

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/noticias/noticias-2013/6295-ato-infracional-analogo-ao-roubo-e-o-mais-praticado-por-menores-no-df>

de 2013, foram praticados 1.299 atos infracionais considerados graves. As maiores ocorrências foram de roubo (693), tráfico de drogas (329) e homicídios (168). Também compõe essa classificação de atos infracionais tentativas de roubo, homicídio e latrocínio. Comparando com os dados do mesmo período do ano de 2012, disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal<sup>28</sup> percebe-se que houve um decréscimo desses atos já que foram registrados 1714.

É importante destacar também dados do Panorama Nacional – A execução das medidas socioeducativas de internação<sup>29</sup> realizado em 2012 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O estudo foi feito com 1.898 do total de 17.502 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade e aponta que os crimes contra o patrimônio são os mais cometidos, representando 52% da medida nacional. Os atos infracionais contra a pessoa correspondem a 18% dos processos registrados. Esses dados mostram que os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes têm como motivação principal o fator econômico. Esse fato dá luz a um novo questionamento se, no ato de contextualização e recontextualização comum no processo de edição, presente na hipótese do newsmaking, há uma deformação da realidade no que se tange a violência cometida por crianças e adolescentes.

Segundo Alexandre Sankievicz (2007)<sup>30</sup>, a mídia, ao dar preferência em veicular matérias em que a criança ou adolescente é o infrator em vez de reportagens em que mostram eles como vítimas, ajuda a construir a impressão de que crimes cometidos por indivíduos nessa faixa etária têm aumentado de forma exacerbada. Para o autor, só a aplicação da lei penal e ação da polícia não são suficientes para conter a criminalidade. É necessário fomentar o desenvolvimento social por meio de políticas públicas voltadas para atender à demanda desses indivíduos afim de prevenir que eles cometam atos infracionais.

Sankievicz (2007)<sup>31</sup> argumenta que reduzir a maioria impedir que crimes cometidos por crianças e adolescentes continuem praticando e que essa medida aumentaria ainda mais o problema carcerário brasileiro, que tem como cenário muitas instituições carcerárias com superlotação. Porém, o autor apoia que o Estatuto da Criança e Adolescente tem que passar por

---

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/especificas.html>

<sup>29</sup> Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama\\_nacional\\_doj\\_web.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf)

<sup>30</sup> Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1201>

<sup>31</sup> Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1201>

revisão sobre quanto tempo de cumprimento de medidas socioeducativas, principalmente aquelas consideradas graves.

Assim, embora haja relativo consenso de que o prazo máximo de três anos de internação é insuficiente para oferecer resposta social e jurídica compatível à prática de atos infracionais graves, é também necessário adotar medidas que não descampem para extremos. E mais, sabendo-se do histórico descumprimento da lei de execução penal, em especial no que toca à separação entre presos perigosos e não-violentos, cautelares e condenados, não será difícil, ao submeter o adolescente a mesma legislação aplicável aos adultos, ver menores cumprindo pena junto com criminosos maiores de dezoito anos, ainda que lei ordinária venha a dispor em sentido contrário. O aumento do prazo de internação a que pode ser submetido o menor, desse modo, poderia trazer resposta mais consentânea com o tratamento especial que deve ser conferido a pessoas em desenvolvimento, impedindo que, no futuro, adolescentes estejam cumprindo sanção nos mesmos locais dos adultos. (SANKIEVICZ, 2007, pg. 16)

Juízes de Direito integrantes do Fórum Nacional da Justiça Juvenil desenvolveram carta durante o XIII Encontro Nacional, realizado em Vitória (ES) que se posicionam contrários a redução da maioridade penal. Na Carta de Vitória em Defesa da Responsabilidade<sup>32</sup> os juízes argumentam que o endurecimento das leis de punições é uma solução simplista e sem garantia de eficácia. Além disso, afirma que aumentar o tempo de internação também não é suficiente. Para eles, a melhor solução é o investimento em políticas de Estado que beneficiam crianças e adolescentes. Outro ponto ressaltado pelos magistrados é o entendimento de que a questão da maioridade penal é cláusula pétrea, ou seja, não pode ser modificada por meio de dispositivos como proposta de emenda à constituição.

Nesse contexto, apesar das graves deficiências que enfrenta, o Sistema de Justiça Juvenil deve servir de exemplo ao Sistema de Justiça Criminal, e não ao contrário, como vem sendo postulado. Porque, embora desconhecida da maioria, a Justiça Juvenil, que abrange atos infracionais praticados por adolescentes entre 12 e 17 anos, tem-se mostrado incomparavelmente mais rápida, mais rigorosa, efetiva e transformadora do que a Justiça Penal de adultos. E é assim por basear-se num marco legal mais flexível, de caráter interdisciplinar e humanizante, indubitavelmente mais qualificado e capaz de responsabilização do infrator do que a mera retribuição punitiva. (FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA JUVENIL, 2013, pg 2)

---

<sup>32</sup> Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/PDF/materias/fonajuv\\_carta\\_de\\_vitoria.pdf](http://www.tjes.jus.br/PDF/materias/fonajuv_carta_de_vitoria.pdf)

Sendo assim, pode-se perceber que os principais argumentos a favor da redução da maioridade é o suposto crescimento dos crimes cometidos por crianças e adolescentes, falta de proporcionalidade entre pena e ato cometido e o entendimento de que atualmente, antes de completar 18 anos, o indivíduo já tem a maturidade de distinguir entre lícito e não lícito. Aqueles que são contra a redução sustentam seus argumentos em estudos na área da psicologia que afirma que durante o período da adolescência o indivíduo está formando seu caráter, por isso não tem plena consciência dos atos cometidos e também baseados no entendimento de que a diminuição da criminalidade só ocorre por meio de políticas públicas eficazes.

### **3.2 – Debate no Congresso**

Desde 1991 existe no Congresso Nacional propostas para modificar a idade pela qual o indivíduo é considerado penalmente capaz de responder por seus atos. Atualmente, existem no Senado 6 propostas de emenda à constituição (PEC) que pedem a alteração do texto da Constituição Federal para modificar a maioridade penal e um projeto de decreto legislativo (PDS) que solicita um plebiscito sobre a alteração da maioridade. Na Câmara estão em tramitação 22 propostas de emenda à constituição (PEC) que sugerem a redução de 18 para 16 anos e 19 projetos de lei (PL) que prevê a cumprimento de medida sócio educativa mesmo que, quando julgado, a pessoas já tenha completado 18 anos.

A maioria dos legisladores, para dar legitimidade às proposições, utilizam os seguintes argumento: Do clamor popular, ou seja, a opinião da população de que de fato é necessário repensar as punições para crianças e adolescentes infratores, do aumento no número de crimes hediondos cometidos por crianças e adolescentes e que, nos tempos atuais, adolescentes já possuem plena consciência sobre o certo e o errado. Para o autor da PEC 57, deputado André Moura (PSC-ES) a redução da maioridade penal não será capaz de acabar com o problema da violência cometida por pessoas dessa faixa etária, mas a punição severa servirá para inibir a ação e o aliciamento delas.

A nossa motivação, contudo, está livre do sentimento de vingança. A PEC 57, que propõe a redução da maioridade penal, é para as famílias de bem do nosso País, é prioridade na agenda do PSC, do nosso partido. Penso que o jovem moderno, se pode votar, casar, abrir um negócio e até mudar de



sexo, quando emancipado pelos pais, também deve assumir a responsabilidade pelos crimes que venha a cometer. (MOURA, André. 2014)<sup>33</sup>

A contra argumentação dos deputados e senadores à proposta de redução da maioria está em sintonia com os juristas citados neste trabalho. O deputado Luiz Couto (PT-PB) entende que a violência entre crianças e adolescentes, em parte, é fruto da aplicação ineficaz do Estatuto da Criança e Adolescente. Ele acredita que se políticas como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (visa sistematizar diretrizes em nível nacional a aplicação de medidas socioeducativas) fossem implementadas de forma correta, o problema da violência entre crianças e adolescente seria reduzido. Nesse sentido, o deputado Luiz Couto sustenta que:

A argumentação é de que o crime organizado está recrutando menores. Se a reduzirmos cada vez mais, para 12 anos, por exemplo, o crime organizado trabalhará para recrutar crianças de 10, de 9, de 8 anos. O problema é combater o crime organizado, combater aqueles que estão recrutando jovens, que os estão aliciando, que estão transformando a criança e o adolescente em "aviãozinho", aquele que é usado também para outras atividades criminosas. Colocar adolescentes num sistema apodrecido, corrompido é brincar de fazer política. (COUTO, Luiz. 2012)<sup>34</sup>

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal promoveu o **1º Simpósio Nacional sobre Maioridade Penal** para debater o tema com entidades, especialistas no assunto e representantes de forças policiais e poder judiciário. O evento teve por objetivo, segundo o deputado João Campos, que presidiu os debates, impulsionar os deputados a dar prosseguimento aos trâmites e discutir as propostas sobre a redução da maioria penal.

No momento em que esta pesquisa estava sendo desenvolvida a PEC 171/1993 de autoria do deputado Benedito Domingues aguardava parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e não tinha data definida para ser votada em plenário. O PL 7197/2002 de autoria do senador Ademir Andrade está sendo analisada por uma comissão especial que deve votar se ela será levada ao plenário da Câmara para votação. Desde

---

<sup>33</sup> Discurso do deputado federal André Moura proferido em plenário no dia 10 de fevereiro de 2014, sobre assuntos em debate na Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Casa. Transcrição disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=009.4.54.O&nuQuarto=91&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:30&sgFaseSessao=CP&Data=10/02/2014&txApelido=ANDR%C3%89%20MOURA,%20PSC-SE>

<sup>34</sup> Discurso do deputado federal Luiz Couto proferido em plenário no dia 6 de março de 2012, se manifestando contrário as propostas de redução da maioria penal. Transcrição disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=029.2.54.O&nuQuarto=113&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:44&sgFaseSessao=GE&Data=06/03/2012&txApelido=LUIZ%20COUTO,%20PT-PB>

o início de mês de maio de 2014 a comissão adiou a votação. A última vez ocorreu no dia 28/05 e ainda não há data definida para qual dia a comissão vai se reunir para realizar a votação.

No Senado a PEC 33/2012, elaborada pelo senador Aloysio Nunes, tinha sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça, mas após recurso do senador, está aguardando em regime de urgência para ser votada no plenário. A PSD 539/2012 também aguarda para ser apreciada em plenário. As quatro proposições destacadas são as principais propostas em tramitação nas duas casas. Todas as outras proposições similares tramitam em conjunto com estas.

Segue quadro resumo com as matérias e as propostas de cada uma:

Tabela II – Resumo das propostas em tramitação no Senado

<b><i>Matéria</i></b>	<b><i>Autores</i></b>	<b><i>Assuntos</i></b>
<b><i>PEC Nº 33 de 2012</i></b>	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	Retira da idade de imputabilidade. Dessa forma o Ministério Público analisa caso a caso quando o adolescente é passível de imputabilidade.
<b><i>PEC Nº 83 de 2011</i></b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC Nº 33 de 2012)</i>	Clésio Andrade (PMDB)	Estabelece a maioridade civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade.
<b><i>PEC Nº 74 de 2011</i></b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC Nº 33 de 2012)</i>	Acir Gurgacz (PDT)	Reduz para 15 nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, consumados ou não
<b><i>PEC Nº 20 de 1999</i></b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC Nº 33 de 2012)</i>	Ex senador José Roberto Arruda	Reduz a maioridade penal para 16 anos
<b><i>PEC Nº 90 de 2003</i></b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC Nº 33 de 2012)</i>	Magno Malta (PR)	Reduz para treze anos nos casos de crimes hediondos
<b><i>PEC Nº 21 de 2013</i></b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC Nº 33 de 2012)</i>	Alvaro Dias (PSDB)	Reduz de 18 (dezoito) anos para 15 (quinze) anos
<b><i>PDS Nº 539 de 2012</i></b>	Ivo Cassol (PP)	Convoca plebiscito sobre a alteração da maioridade penal.

Fonte: Câmara dos Deputados <sup>35</sup>

<sup>35</sup> <http://www2.camara.leg.br/>

Tabela III – Resumo das propostas em tramitação na Câmara

<b>Matéria</b>	<b>Autores</b>	<b>Assuntos</b>
<b>PEC 171/1993</b>	<u>Benedito domingos - PP/DF</u>	Reduz a maioria de 18 para 16 anos
<b>PEC 382/2014</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Akira Otsubo PMDB/MS	Excepciona da inimputabilidade penal os menores de dezoito anos que cometerem crimes hediondos
<b>PEC 242/2004</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Nelson Marquezelli PTB/SP	Reduz de 18 para 14 anos
<b>PEC 64/2003</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	André Luiz PMDB/RJ	Reduz de 18 para 16 anos em casos excepcionais
<b>PEC 179/2003</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Wladimir Costa PMDB/PA	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 272/2004</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Pedro Corrêa PP/PE	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 302/2004</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Almir Moura PL/RJ	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 345/2004</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Silas Brasileiro PMDB/MG	Reduz de 18 para 12 anos
<b>PEC 489/2005</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Medeiros PL/SP	Dá ao juiz o poder de decidir caso a caso sobre a imputabilidade
<b>PEC 48/2007</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Rogério Lisboa PFL/RJ	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 73/2007</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Alfredo Kaefer PSDB/PR	Dá ao juiz o poder de decidir caso a caso sobre a imputabilidade
<b>PEC 87/2007</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Rodrigo de Castro PSDB/MG	Dá ao juiz o poder de decidir caso a caso sobre a imputabilidade
<b>PEC 85/2007</b> (Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)	Onyx Lorenzoni DEM/RS	Reduz de 18 para 16 anos para crimes hediondos
<b>PEC 273/2013</b>	Sandes Júnior PP/GO	Reduz de 18 para 16 anos

<i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>		
<b>PEC 125/2007</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Fernando de Fabinho DEM/BA	Dá ao juiz o poder de decidir caso a caso sobre a imputabilidade
<b>PEC 399/2009</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Paulo Roberto Pereira PTB/RS	Reduz de 18 para 14 anos para crimes graves
<b>PEC 57/2011</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Andre Moura PSC/SE	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 223/2012</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 228/2012</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Keiko Ota PSB/SP	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 279/2013</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Sandes Júnior PP/GO	Reduz de 18 para 16 anos
<b>PEC 332/2013</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Carlos Souza PSD/AM	Estabelece que o infrator continue respondendo pelo ato depois de 21 anos
<b>PEC 349/2013</b> <i>(Tramita em conjunto com a PEC 171/1993)</i>	Gorete Pereira PR/CE	A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu ou para punir ato infracional quando o agente atingir a maioridade penal.
<b>PL 7197/2002</b>	Senado Federal - Ademir Andrade - PSB/PA	Permite a aplicar medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.
<b>PL 1938/1999</b> <i>(Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)</i>	Enio Bacci PDT/RS	Dispõe que a partir da idade de 18 (dezoito) anos, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida; ou ainda transferido para casas de transição.
<b>PL 2511/2000</b> <i>(Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)</i>	Alberto Fraga PMDB/DF	Dispõe que o período de internação do menor infrator poderá exceder três anos, quando o ato infracional for considerado como crime hediondo; e quando o adolescente infrator completar dezoito anos de idade será transferido para a penitenciária.
<b>PL 5673/2009</b> <i>(Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)</i>	Glauber Braga PSB/RJ	O regime de semiliberdade e a medida de internação não serão aplicados ao adolescente que praticou o ato infracional em razão de dependência ou sob o efeito de droga
<b>PL 7391/2010</b> <i>(Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)</i>	Odair Cunha PT/MG	Dispõe sobre a reserva de vagas para menores infratores nos contratos de prestação de serviços de Administração Pública
<b>PL 345/2011</b> <i>(Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)</i>	Hugo Leal PSC/RJ	Permite que pessoas entre 18 (dezoito) e 26 (vinte e seis) anos de idade continue cumprindo medida sócio educativa.

<b>PL 346/2011</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Hugo Leal PSC/RJ	Prevê aumento do tempo de internação de adolescente autor de ato infracional grave e conceder-lhe formação técnico-profissional. Estabelece que internação poderá chegar a cinco anos e concede formação técnico-profissional
<b>PL 347/2011</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Hugo Leal PSC/RJ	Permite a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal
<b>PL 5454/2013</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Andreia Zito PSDB/RJ	Estabelece como circunstância agravante a participação de menor na realização de crime; aplica o Estatuto do Menor e do Adolescente em casos excepcionais aos maiores até 26 anos de idade; fixa normas para a internação em Regime Especial de Atendimento em estabelecimento educacional com maior contenção com prazo máximo de oito anos
<b>PL 1052/2011</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Dr. Ubiali PSB/SP	Amplia o prazo de internação do adolescente infrator e estabelece a possibilidade de aplicação de medidas de segurança
<b>PL 1035/2011</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Dr. Ubiali PSB/SP	Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes infracionais do agente, quando da fixação da pena-base
<b>PL 1895/2011</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Alexandre Leite DEM/SP	Aumenta o período de internação no caso de atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça
<b>PL 5561/2013</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Jutahy Junior PSDB/BA	Permite a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal
<b>PL 5425/2013</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Marcos Rogério PDT/RO	Propõe fixar novo limite de idade para permanência do menor infrator em internação
<b>PL 3503/2012</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Ronaldo Benedet PMDB/SC	Determina que antes da sentença, poderá ser determinada a internação preventiva, a critério da autoridade judiciária, levando-se em conta a periculosidade do menor infrator.
<b>PL 3680/2012</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Hugo Leal PSC/RJ	Determina que a gravidade do ato infracional determinará se o autor terá que cumprir medida socioeducativa internado em instituição e não q quantidade de atos cometidos
<b>PL 5524/2013</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Eduardo da Fonte PP/PE	Aumenta o tempo de internação e prevê a reincidência em caso de ato infracional equivalente a crime hediondo e eleva a pena para o crime de corrupção de menor
<b>PL 3844/2012</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Roberto de Lucena PV/SP	Estabelece a impossibilidade de visita íntima a adolescente submetido a medida socioeducativa de internação
<b>PL 6090/2013</b> (Tramita em conjunto com a PL 7197/2002)	Keiko Ota PSB/SP	A obtenção da maioridade no curso da representação ou da aplicação da medida socioeducativa não constitui causa de extinção do processo

Fonte: Senado Federal<sup>36</sup>

<sup>36</sup> <http://www.senado.gov.br/>

## 4 – Caminhos metodológicos e análise

Até aqui foi abordado um arsenal de teorias que permitiu um conhecimento amplo acerca das questões relativas aos critérios de construção da notícia; o papel de mediação entre o fato e o público, desenvolvido pelo jornalista; as questões relativas a mídia televisiva assim como a ética no sentido amplo e também aplicada ao jornalismo, especificadamente. Neste capítulo, será abordado de forma mais intensa o objeto de estudo, o método bem como propriamente dita a análise.

Os crimes cometidos por crianças e adolescentes e as propostas de redução da maioridade penal são assuntos recorrentes em noticiários de várias empresas de comunicação. Porém, durante o período de desenvolvimento dessa pesquisa, apenas o grupo Bandeirantes de Comunicação se posicionou oficialmente favorável à redução da idade em que o indivíduo é considerável penalmente imputável. O posicionamento ocorreu no dia 29 de abril de 2013 na forma de editorial, que foi publicado nos veículos da rede (rádio, televisão e site). Em todos os telejornais de abrangência nacional, os apresentadores leram o posicionamento do grupo de comunicação. Por esta atitude da empresa é que se optou por analisar a forma como o grupo aborda a questão da redução da maioridade penal.

O editorial da empresa foi divulgado logo após uma sequência de três crimes graves em que adolescentes estiveram envolvidos. O primeiro deles ocorreu no dia 30 de março de 2013 quando um casal de estrangeiros foi sequestrado, no Rio de Janeiro, por um grupo de cinco homens, entre eles um garoto de 14 anos. Os turistas foram agredidos, roubados e a mulher estuprada. Outro crime ocorreu em 09 de abril do mesmo ano. Neste caso, um adolescente em São Paulo atirou contra um estudante de 19 anos durante assalto, mesmo a vítima não tendo reagido. Passados 16 dias, em 25 de abril, uma dentista foi queimada viva também em São Paulo, depois que os acusados descobriram, durante o assalto, que ela tinha apenas R\$30 reais em seu consultório. O adolescente de 17 anos confessou que ateou fogo na dentista, segundo informou a delegada responsável pelo caso Elisabete Sato.

O grupo Bandeirantes possui o canal de televisão aberta Band TV. Atualmente, a emissora inclui na grade de programação dois telejornais de cobertura nacional, o **Jornal da**

**Band** e o **Jornal da Noite**. Segundo A Pesquisa Brasileira de Mídias<sup>37</sup>, realizada pela secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o **Jornal da Band** é o sétimo telejornal mais lembrado pelos brasileiros e o programa da emissora com a melhor colocação nessa classificação. Com isso, é possível notar que é o telejornal de maior relevância dentro da empresa de comunicação.

O **Jornal da Band** é transmitido de segunda a sábado, de 19h20 à 20h25. As notícias veiculadas tentam abranger informações de todo o mundo e que tenham repercutido ao longo do dia. Como dito anteriormente, ele tem como característica a atuação diferente dos dois jornalistas responsáveis por apresentar o telejornal. Ticiania Villas Boas apresenta o jornal desde 2008 e é editora do tempo. Apesar de ser considerada pelo grupo Bandeirantes, por meio de declaração no site, como âncora do programa, no entendimento de Machado (2000) o papel da jornalista na bancada é apenas de apresentadora. Isso porque a atuação dela se restringe ao de apresentar as reportagens veiculadas ao longo do programa. Já Ricardo Boechat, desde 2006 no comando do telejornal, é considerado pela empresa como apresentador, porém, como ele tem liberdade de tecer comentários sobre as reportagens apresentadas, segundo Machado (2000), ele atua como âncora do telejornal.

Para fazer a análise foram monitorados os telejornais do período de 29 de abril de 2013 até o dia 27 de maio de 2014. Durante esse período foram identificadas, ao todo, 58 reportagens que noticiavam crimes cometidos por crianças e adolescentes. Foram escolhidas para análise reportagens que apontam jovens ou adolescente como mentores de crimes. Optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo como metodologia de estudo.

#### 4.1 – Análise de Conteúdo

Maria Laura P.B. Franco (2008, pg. 12) afirma que o procedimento da análise de conteúdo, baseando-se na concepção de ciência, entende o papel ativo do sujeito dentro do processo de comunicação. Como a proposta da pesquisa é estudar mensagens emitidas por sujeitos que produzem impacto na sociedade, entende-se que a utilização da análise de conteúdo é a mais adequada para a pesquisa.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/pesquisa-brasileira-de-midia-2014/>

A análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009, pg.45). Segundo Laurence Bardin (2009, pg.31), esse conjunto de técnicas tem por objetivo verificar se o julgamento e a leitura feita sobre uma mensagem é generalizável bem como o de promover o esclarecimento e conhecimento de dados ligados ao objeto de análise. Ou seja, a análise de conteúdo serve como suporte para superar incertezas e aprofundar a leitura sobre um objeto.

Segundo Franco (2008, pg.8), a análise de conteúdo tem o importante papel de buscar nas Ciências Naturais técnicas de pesquisas que forneçam um estudo mais objetivo o qual a observação, verificação e experimentação são importantes para a averiguação de mudanças comportamentais. Para Bardin (2009, pg. 30), a opção por utilizar métodos mais rigorosos de avaliação ajuda a desenvolver análises menos intuitivas e auxilia o pesquisador a ter uma familiaridade com o objeto de análise.

Bardin (2009, pg.) destaca a característica versátil do método, pois ele pode ser aplicado aos mais diversos estudos em que mensagens linguísticas são estudadas, tornando a análise de conteúdo um instrumento importante para o campo das Ciências Humanas. Segundo a autora, “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2009, pg.33).

A partir deste método, optou-se por adotar uma perspectiva qualitativa acerca da análise. Bardin (2009, pg. 141) afirma que esse tipo de procedimento é adequado para inferências e deduções específicas sobre um acontecimento. Outras características destacadas por Bardin (2009, pg. 142) dizem respeito do fato de que na análise qualitativa as inferências não estão ligadas à frequência da sua presença na comunicação individual, e sim, nas categorias de análises do objeto. Porém, não significa que os recursos estatísticos serão descartados no estudo. A utilização deles servirá de suporte para evidenciar as hipóteses.

Como a proposta da análise é identificar a frequência com que o assunto é tratado pelo telejornal, os critérios de noticiabilidade adotados assim como o tratamento dado ao tema no que diz respeito a deontologia jornalística por meio das mensagens divulgada nas reportagens, entende-se que a adaptação do método de análise de avaliação seja o mais adequado para manipular os dados. Bardin (2009, pg.201) afirma que o método tem por objetivo medir as ações do locutor sobre os objetos de que ele fala. Ao todo, foram selecionadas 58 reportagens.



Após fazer uma leitura flutuante das reportagens, ou seja, “estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN. 2009, pg.130), foi possível separar as 58 reportagens em 3 grandes grupos tendo como base os temas centrais das matérias. São eles: Violência, Delinquência de crianças e adolescentes, Redução da maioridade penal- andamento das propostas de lei no Congresso Federal.

As reportagens categorizadas em violência falam sobre crimes, os desdobramentos deles, nos quais adolescentes ou crianças são acusados de autoria ou participação. Ao todo, são 46 reportagens, com duração que varia de 36 segundos a 7 minutos. Sobre a delinquência de crianças e adolescentes existem 7 reportagens que abordam o tema, por meio de entrevistas com especialistas e dados estatísticos sobre transgressões de crianças e adolescentes. Elas duram, em média, três minutos. Por fim, as matérias que falam sobre a redução da maioridade penal abordam as propostas que estão na Câmara e Senado federais bem como sua repercussão junto à sociedade. São na sua totalidade sete reportagens, com média de dois minutos de duração.

Após a categorização das reportagens, e seguindo os passos sinalizados por Bardin (2009, pg.130) para fazer a codificação do objeto, ou seja, recorte, enumeração e classificação, optou-se por limitar a análise a 14 reportagens, levando em consideração as categorias da delinquência de crianças e adolescentes e redução da maioridade penal. Escolheu-se fazer essa amostra, pois as abordagens dadas a essas matérias são mais abrangentes e menos factuais, o que possibilita generalizar os resultados para o resto do *corpus*. Além disso, a referência sobre o tema da presente pesquisa está mais explícita nessas reportagens.

Todas as reportagens que serão analisadas foram retiradas do site oficial do **Jornal da Band**<sup>38</sup> e podem ser assistidas por meio do *link* disponibilizado em tabela de categorização em anexo. A presente pesquisa tem como ponto de partida as hipóteses de que na divulgação de reportagens sobre crimes cometidos por crianças e adolescentes a equipe de jornalismo do Jornal da Band busca incitar a população a discutir sobre o tema, mostrar que a criminalidade vem das classes mais baixas e que eles não seguem todos os critérios sugeridos pelos códigos de ética da profissão. As matérias serão analisadas partindo de três temas: Critérios de noticiabilidade, frequência e tratamento dado ao tema.

---

<sup>38</sup> <http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/default.asp>

Tabela IV – Resumo das reportagens sobre o tema redução da maioridade penal

Reportagem	Informações	Características
Maioridade: Jovem tem direitos e responsabilidades aos 16 (3m30)	Faz comparação entre a maioridade civil, que permite que pessoas com 16 anos se casem e votem por exemplo, e maioridade penal, que ocorre após os 18 anos.	Sonora de adolescente que foi emancipada pelos pais para casar. 2 gráficos explicando os direitos e deveres civis depois dos 16 anos. Sonora com advogado afirmando que após os 16 uma pessoa é capaz de assumir responsabilidades. Relembra 3 latrocínios cometidos por adolescentes. Sonora com parentes de 2 vítimas que são a favor da redução da maioridade. Povo fala com 4 pessoas que concordam com o debate da redução.
Triplicam os crimes com menores no Rio de Janeiro (2m24)	Aborda dados do Departamento Geral de Medidas Sócio Educativas do Rio de Janeiro que afirma que todos os dias, 22 crianças e adolescentes são presos na cidade.	Utilização de muitas imagens de adolescentes sendo presos. Sonora com diretor de Ações Sócio educacionais se posicionando a favor da redução da maioridade penal. Retrospectiva com três fragmentos de reportagens sobre crimes, um assassinato, um sequestro e um estupro.
SP: Maioria de menores infratores está envolvido com tráfico (2m03)	Aborda dados do Ministério Público de São Paulo que afirma que cada 10 casos de crimes cometidos por crianças e adolescentes registrados 9 são relacionados ao latrocínio, roubo ou tráfico de drogas.	Narra 3 atos análogos ao latrocínio cometidos por adolescentes. Tem uma sonora do promotor de justiça que afirma que o jovem não acredita em punição por conta do Estatuto da Criança e Adolescente. O promotor se posiciona a favor da redução da maioridade penal.
Menores mataram um por dia neste ano no Distrito Federal (1m57)	Aborda levantamento do Ministério Público do DF que aponta que nos cinco primeiros meses de 2013 foram 1.300 ocorrências atribuídas a adolescentes.	Narra a história de um assassinato cometido por um adolescente. Compara os dados de DF, RJ e SP. Sonora com promotor que faz relação entre a baixa frequência em aula e criminalidade. Para finalizar faz um apanhado das propostas que pedem a redução da maioridade em tramitação na Câmara.
Crianças com menos de 12 anos traficam drogas (3m12)	Conta sobre crianças com menos de 12 que estão sendo usadas por traficantes para vender drogas	Imagens de crianças vendendo drogas feitas por moradores. Sonora com o ex-comandante da polícia comentando o fato. Sonora com moradores da Vila Kennedy falando sobre a insegurança.
Aumentam crimes cometidos por menores (3min37s)	O tema principal da reportagem é o aumento de crimes cometidos por crianças e adolescentes em São Paulo. Segundo dados a Vara da Infância e da juventude, registrou-se 22 mil casos anos passado.	Narra três assassinatos e assalto a mão armada e latrocínio. Sonora com parentes das vítimas e com pessoas que tiveram os carros roubados. Sonora com promotor o qual diz que maiores de 16 anos já possuem total consciência de seus atos. Finaliza falando do pedido de plebiscito que está em tramitação na Câmara.
Crimes cometidos por menores cresce no país (3min)	Conta história do assassinato do jornalista em que um adolescente é o mentor.	Narra a história do jornalista que foi assassinado pelo namorado de 17 anos com outros 3 amigos. Sonora com promotor que apoia penas mais severas para essas pessoas. Essa sonora já foi utilizada na matéria anterior. Sonora dos pais da vítima pedindo mudança na lei

Fonte: Autora

**Tabela V – Resumo das reportagens sobre as propostas em tramitação no Congresso**

<b>Reportagem</b>	<b>Informações</b>	<b>Características</b>
Discussão da maioridade penal não avança (2m59)	A reportagem tenta contextualizar as matérias sobre a redução que tramitam na Câmara.	Sonora do pai da vítima pedindo a redução da maioridade penal. Narra um atropelamento causado por um adolescente. Cita de forma pejorativa entrevista dada por José Eduardo Cardoso, ministro da justiça, à Folha de São Paulo em que ele se posicionou contra a redução. Sonora de psiquiatra forense que acredita que antes do 18 a pessoa já tem faculdades para distinguir o certo e o errado. Sonora do desembargador a favor da redução.
50 projetos de maioridade penal estão emperrados em Brasília (1m57)	Fala sobre a maioridade penal e a matéria em tramitação da Câmara para reduzi-la e faz comparação com a idade em outros países	Cita rapidamente casos graves de crimes cometidos por crianças e adolescentes. Faz quadro comparativo para comparar a idade penal em diversos países. Sonoras de Carlos Sampaio e Aloyso Nunes defendendo a redução da maioridade penal.
Juristas acham ECA ultrapassado e defendem mudança (2m39)	Abordam o quanto o Estatuto da Criança e Adolescente está “desatualizado”	Relembra de forma rápida 3 crimes graves cometidos por menores. Sonora de uma das mães da vítima afirma que é preciso mudar as leis para reduzir a idade penal. Mostram imagens de adolescente rindo ao serem presos. O promotor se posiciona a favor de rever as leis que dizem respeito os documentos do ECA
Maioridade penal: Debates avançam no Congresso (1m45)	Aborda de maneira geral três matérias em tramitação no Congresso	Narra a história de um menino que teve o corpo queimado por um adolescente. Sonora da mãe da vítima. Sonora de advogado. Sonora do senador dizendo que a redução evita a impunidade.
Maioridade penal deve ser discutida no Congresso Nacional (2m14)	Entrevista com o Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso	O apresentador Datena questiona se o ministro é contra a redução da maioridade penal. Quando Cardoso confirma que é contra, Datena pergunta se o governo vai ser responsabilizar pelas mortes que crianças e adolescente vão causar.
Voto do PT impede redução da maioridade penal (2m16)	O foco é na rejeição de 6 propostas de redução da maioridade penal pela Comissão de Constituição e Justiça	Imagens de adolescentes e crianças sendo presos. Sonora Humberto Costa se posicionando contra a proposta.
Senado vota redução da maioridade penal (2m52)	O foco da reportagem são os problemas que o ECA teoricamente apresenta e o recurso aceito para que o plenário do Senado vote propostas de redução da maioridade	Narra a história da família que perdeu a filha assassinada por um adolescente 3 dias antes dele completar 18 se posicionando a favor da redução da maioridade penal. Sonora de dois parentes de vítimas. Sonora de 3 deputados de posicionando a favor da redução.

Fonte: Autora

## 4.2 – Critérios de noticiabilidade

Tomando-se do pressuposto o fato de que as informações divulgadas pelos meios de comunicação são capazes de trazer impacto na vida pública por meio da construção de uma imagem da realidade (WOLF, 2003; HOHLFELDT, 2001), julga-se importante buscar entender quais são os critérios utilizados pelo **Jornal da Band** para publicar reportagem a respeito desse tema.

Para isso, optou por utilizar os critérios substantivos do *newsmaking*, já que esses estão diretamente relacionados ao fato em si. Hohlfeldt (2001) subdivide o critério em importância e interesse da notícia. Segundo o autor, para avaliar a importância das informações leva-se em consideração as pessoas envolvidas, ou seja, se são famosas ou não, quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve e se o evento gera algum acontecimento futuro. O interesse está ligado a capacidade de entreter o público, ou seja, de apresentar o inusitado. Ele também compreende histórias de interesse humano, ou seja, história ligadas mais ao emocional do público, casos de despejos, pessoas que superaram problemas, entre outros. Essa análise busca entender se os critérios substantivos foram relevantes para a escolha dos acontecimentos e da abordagem da notícia.

### Número de pessoas envolvidas

As reportagens selecionadas tratam de assuntos gerais com grande abrangência e que envolvem número elevado de pessoas. Na reportagem *Triplicam os crimes com menores no Rio de Janeiro*, por exemplo, o assunto que motivou a matéria foi o aumento do número de internações no Departamento Geral de Ações Sócio Educativas no Rio de Janeiro, totalizando 1100 internos. Nas reportagens que abordam a questão da redução da maioria penal, vários crimes cometidos por adolescentes são lembrados para ilustrar a realidade da violência cometida por essas pessoas.

### Pessoas notáveis ou famosas

Nas reportagens as pessoas notáveis ou famosas são juristas, promotores, deputados e senadores, mas eles desempenham papel de especialistas. Os crimes e assassinatos não estão diretamente relacionado a eles. Com isso, pode-se inferir que o critério não foi utilizado para selecionar a reportagens analisadas.

#### Acarreta em acontecimento futuro

Os fatos relatados nas 14 reportagens apresentam dois tipos de acontecimentos futuros. O primeiro diz respeito aos procedimentos jurídicos que serão dados aos adolescentes e crianças que cometeram crimes. O segundo é a possibilidade da ocorrência de reuniões e sessões plenárias no Senado ou Câmara Federal para debater as propostas que ainda estão em tramitação nas Casas.

#### Inusitado

Em nenhuma das reportagens existe fato curioso ou esdrúxulo. O que a equipe de reportagem foca é no aumento ou no número elevado de crimes cometidos por crianças e adolescentes.

#### Interesse humano

O critério do interesse humano é trabalhado, e em alguns casos exacerbado, pelos testemunhos dos familiares das vítimas fatais de adolescentes. Das 14 reportagens selecionadas, em seis delas, parentes contam a dor de perder um ente querido. As entrevistas são realizadas durante os momentos em que as pessoas estão emocionadas e, em muitas delas, o pedido por justiça precede o relato.

Após abordar os cinco critérios de noticiabilidade, sugeridos por Hohlfeldt (2001), pode-se perceber que os que tiveram maior relevância nas reportagens selecionadas foram o número de pessoas envolvidas no acontecimento, os fatos que acarretaram em acontecimento futuro e o interesse humano. Dessa forma, pode-se entender que a equipe do **Jornal da Band**, ao abordar o tema da redução da maioridade, se pautou no impacto que a violência, cometidos por crianças e adolescentes, ocasiona na sociedade.

### 4.3 – Frequência

Hohlfeldt (2001) afirma que uma das formas da mídia causar impacto no público é introduzindo temas e divulgando informações que, possivelmente, o indivíduo não teria acesso

por outros meios. Esse traço da mídia está presente nas características abordadas pela teoria da *agenda setting*.

Segundo Hohlfeldt (2001), a mídia tem a tendência de colocar um assunto como importante para se debater, posicionando-o no topo da hierarquia das notícias, reforçando a relevância do tema para o público. Outra forma de destacar um assunto dentre as demais notícias presentes na agenda diária é repercuti-lo durante um determinado tempo, configurando assim uma tematização do assunto. Ela é feita com a divulgação constante de notícias que acrescentam dados ao tema.

Durante um ano e dois meses esse foi o trabalho da equipe de jornalismo do **Jornal da Band** com o tema da redução da maioria penal. Ao longo desse tempo a emissora divulgou, praticamente em todos os meses, reportagens que mostravam novos crimes cometidos por crianças e adolescentes ou traziam dados e informações atuais sobre os índices de violência relativos a esses infratores e sobre as propostas de mudanças na legislação que transitam no Congresso.

Essa etapa da análise tem por objetivo identificar se a frequência com que as matérias foram divulgadas está relacionada com o andamento dos projetos em tramitação no Congresso. Para isso será feita comparação com o número de reportagens publicadas mês a mês com o andamento das matérias no Senado e na Câmara. Serão consideradas para análise movimentações em que altere substancialmente a tramitação das matérias, PEC 33/2012, elaborada pelo senador Aloysio Nunes e o PSD 539/2012 assim como PEC 171/1993 de autoria do deputado Benedito Domingues e PL 7197/2002 de autoria do senador Ademir Andrade, no Congresso, ou seja, pareceres e deliberações contra ou a favor da matéria, além de debates e plebiscitos que foram realizados acerca do tema.

Tabela VI – Frequência mensal da veiculação de reportagens sobre crimes cometidos por crianças e adolescentes e sobre redução da maioridade penal

<i>Mês</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Abril de 2013</i>	4
<i>Maio de 2013</i>	18
<i>Junho de 2013</i>	7
<i>Julho de 2013</i>	5
<i>Agosto de 2013</i>	4
<i>Setembro de 2013</i>	2
<i>Outubro de 2013</i>	0
<i>Novembro de 2013</i>	2
<i>Dezembro de 2013</i>	1
<i>Janeiro de 2014</i>	1
<i>Fevereiro de 2014</i>	1
<i>Março de 2014</i>	7
<i>Abril de 2014</i>	2
<i>Maio de 2014</i>	4
<i>Total</i>	58

Fonte: Autora

Tabela VI – Acompanhamento da atividade parlamentar sobre os projetos relativos a redução de maioria penal

<i>Data</i>	<i>Evento</i>
15/05/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara Deputado Efraim Filho (DEM-PB) apresenta voto em separado. Ele vota pela admissibilidade da PEC alegando que a redução é uma forma de assegurar a segurança da comunidade e aos adolescentes também, já que evitaria o aliciamento desses.
21/05/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara Deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC) apresenta voto em separado a favor da PEC 171/1993 por julgar que pessoas com 16 anos tem plenas condições de assumir seus atos
28/05/2013	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados cria comissão especial para estudar e avaliar o projeto de lei
03/06/2013	CCJC da Câmara promoveu Audiência Pública Interativa sobre Redução da maioria penal: eficácia da medida e constitucionalidade da modificação legislativa
11/06/2013	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado PDS - projeto de decreto legislativo (sf), nº 539 de 2012(Senado Federal) Relatório do Senador Eduardo Amorim, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto.
16/07/2013	PEC - proposta de emenda à constituição, nº 33 de 2012 (Senado Federal) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, encaminha nota técnica contrária a redução da maioria penal
27/08/2013	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara promove seminário sobre a redução da maioria penal.
12 /12/ 2013	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara promoveu 1º Simpósio Nacional sobre Maioridade Penal: Impactos Sociais e Financeiros da Redução da Maioridade Penal.
19/02/2014	PEC - proposta de emenda à constituição, nº 33 de 2012 (Senado Federal)



	Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão rejeita o Relatório do Senador Ricardo Ferraço
28/02/2014	PEC - proposta de emenda à constituição, nº 33 de 2012 (Senado Federal) Recurso interposto na Presidência comunica ao Plenário no sentido de que continue a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente, para discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, nos termos do art. 358, § 2º, do Regimento Interno.
09/05/2014	Comissão decide discutir texto de Carlos Sampaio que propõe reduzir a idade de 18 para 16 aos, dia 21 de junho na comissão especial que analisa a matéria.

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Como é possível observar nas tabelas dispostas acima, o **Jornal da Band** veiculou maior número de reportagens no entre período de maio e junho de 2013. No mesmo mês, a Câmara dos Deputados decidiu retomar a discussão, que tinha sido rejeitada em abril, no plenário, e levada para ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça, por meio de audiência pública. No mesmo período o senador Eduardo Amorim emite parecer favorável ao plebiscito que pede a consulta à população a respeito da redução.

No ano de 2014, o telejornal apresentou no mês de março sete reportagens sobre o tema. Uma delas, *Senado vota redução da maioria penal*, fala especificamente da rejeição da PEC nº 33 de 2012 pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo aceite do recurso do senador Aloysio Nunes, que faz com que a PEC seja votada em plenário. As outras matérias mostravam crimes cometidos por menores, incluindo uma no qual são apresentados dados que mostram aumento de crimes cometidos por crianças e adolescentes.

Com a apresentação dos dados mostrados não é possível concluir um impacto direto entre as matérias veiculadas com a atividade parlamentar em torno das propostas de redução da maioria penal. Porém, é possível deduzir que o veículo de comunicação é pautado pelas ações do governo.

#### 4.4 – Tratamento dado ao tema

Segundo Eugênio Bucci (2000), no dia a dia da redação o jornalista passa por diversos dilemas, um deles é o conflito por convicções e crenças. Caso não haja uma atitude vigilante do jornalista em relação a esse tipo de conflito, a informação pode ser prejudicada pela perda do equilíbrio entre o distanciamento do acontecimento a ser relatado e a parcialidade do profissional.

Após editorial do Grupo Bandeirantes em que o veículo se posiciona a favor da redução da maioria penal, desperta o questionamento se é possível conciliar o entendimento da empresa com informação e opiniões que são contrárias a este posicionamento, afim de não prejudicar os fatos passados para o público. Dentro desse contexto é importante avaliar se os jornalistas foram éticos ao abordarem todas as questões que o tema da violência praticada por crianças e adolescentes suscita. Afinal, trata-se de um grupo vulnerável, que, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, a Constituição Federal e as leis e tratados internacionais assinados pelo Brasil, exige um tratamento especial por parte da sociedade.

Nesta fase da análise o objetivo será refletir, a partir dos códigos de ética<sup>39</sup> da Associação Brasileira de Imprensa<sup>40</sup> e o da Federação Nacional de Jornalistas<sup>41</sup>, se a equipe de jornalismo conseguiu passar as informações prezando pela qualidade informativa e ética. Para isso serão utilizados como unidades de análise os artigos presentes nos dois códigos. São eles: divulgar fatos de interesse público; defender princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; liberdade de expressão e pensamento; respeitar o direito à privacidade do cidadão e pluralidade de fontes, ou seja, ouvir o maior número de pessoas envolvidas no fato.

Os artigos servirão de base para entender se as reportagens estão cumprindo com os critérios de deontologia da profissão. Para isso, o grupo de 14 reportagens será avaliado de forma geral e será verificado se elas cumprem totalmente, parcialmente ou não cumprem os critérios éticos da profissão.

---

<sup>39</sup> Vide em anexo

<sup>40</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

<sup>41</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>

## Divulgar fatos de interesse público

Levando-se em consideração que a maioria dos fatos abordados pelo jornalismo da **Band** diz respeito à vida em sociedade, tais como o aumento da violência e a tramitação de leis no Congresso, pode-se afirmar que em a princípio, as informações acerca do tema atendem ao interesse público. Porém, ao analisar a descrição dos elementos das reportagens, é possível notar que muitos aspectos da discussão da violência cometida entre crianças e adolescentes foram negligenciados. Um exemplo é que, nenhuma delas explica de fato como o funciona o sistema de cumprimento de medidas sócio educacionais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente ou mostram o número de adolescentes vítimas da violência urbana.

Todas as vezes em que o Estatuto é citado nas reportagens, apenas o aspecto do tempo máximo de medida de internação, que é de 3 anos, é abordado. Em nenhuma reportagem os artigos que compõem o Estatuto foram explicados ou evocados de forma positiva. Desta forma, entende-se que a equipe de jornalismo descumpriu responsabilidades sociais, visto que não citou, não analisou e não aferiu se os artigos estão sendo aplicados pelo Estatuto.

A Rede ANDI Comunicação e Direitos, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que busca difundir a cultura de promoção aos direitos humanos nos meios de comunicação, argumenta, em manual desenvolvido para jornalistas sobre o Estatuto da Criança e Adolescente <sup>42</sup>, que é dever do jornalista esclarecer o público a respeito dos artigos do Estatuto, além de disponibilizar informações contextualizadas sobre políticas desenvolvidas pelo governo para garantir os direitos das crianças e adolescentes. A entidade sustenta o argumento por meio do artigo 227 da Constituição Federal que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1989)<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-um-guia-para-jornalistas>

<sup>43</sup> Disponível em:

[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=26](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26)

## **Respeitar o direito à privacidade do cidadão**

Em nenhuma das matérias analisadas houve indício de que repórter e equipe invadiram a privacidade para fazer entrevista ou imagens. Além disso, todas as reportagens tiveram o cuidado de não identificar o rosto dos adolescentes e crianças acusados de participar de crimes. Desta forma, esse critério foi totalmente respeitado pela equipe de jornalismo.

## **Defender princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos**

Nas reportagens analisadas todos os dados e entrevistas são utilizadas para corroborar com o entendimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deve ser alterado. Isso pode ser observado na Tabela IV e Tabela V. Em nenhuma das matérias são abordados os direitos que o Estatuto busca assegurar, ou seja, não há espaço para discutir as necessidades essenciais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Os artigos do ECA se dividem em cinco direitos considerados essenciais no documento. São eles: Direito a vida e à saúde; a liberdade, respeito e dignidade; a convivência familiar e comunitária; educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e proteção no trabalho.

Por privilegiar nas reportagens apenas a possibilidade da penalização, não ampliando o debate para os direitos expressos na Declaração Universal de Direitos Humanos como educação, saúde e moradia, que podem ser uma das causas para a criminalização de jovens e adolescentes, entende-se que a equipe de reportagem não cumpriu com os princípios éticos estabelecidos pelos códigos de ética dos jornalistas, já que eles preveem a promoção dos direitos expressos pelo trato internacional.

## **Liberdade de expressão e pensamento**

Para analisar as reportagens a partir deste critério buscou-se conceituar liberdade de expressão segundo Geórgia Moraes, já que os códigos de ética da Associação Brasileira de Imprensa<sup>44</sup> e o da Federação Nacional de Jornalistas<sup>45</sup> não deixam claro o que se entende por este conceito. Segundo Moraes (2007, pg. 266) a liberdade de expressão está inserida no

---

<sup>44</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

<sup>45</sup> O código pode ser acessado em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>

contexto de liberdade positiva. A autora explica que as liberdades positivas buscam “atender a situações concretas e reais, criando condições iguais para o exercício da liberdade” (MORAES. 2007, pg.266). Dessa forma a liberdade de expressão, segundo a autora, só será exercida com plenitude se for garantida a todos oportunidade igual para praticá-la.

Tendo em vista esse entendimento considera-se que as reportagens não cumprem os critérios éticos da profissão, pois, ao dar espaço apenas as pessoas que opinam a favor da redução da maioria penal, não se proporciona oportunidade igual para aqueles que possuem pensamento contrário se expressarem. Dessa forma a equipe impede que o direito à liberdade de expressão seja exercido plenamente.

### **Pluralidade de fontes: ouvir o maior número de pessoas envolvidas no fato**

Ao analisar todas as reportagens selecionadas, é possível notar que o critério de pluralidade é quase inexistente. De todas as entrevistas presentes nas 14 reportagens, 25 são a favor da redução da maioria penal, cinco não falam especificamente deste assunto e uma é contra a redução. Outro fato importante de ressaltar é que, nas reportagens só são utilizados pesquisas e dados que estão relacionadas ao aumento de crimes cometidos por menores. Por essa razão, considera-se que este critério não foi cumprido pela equipe de reportagem.

Art. 12. O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas. (ANDI, 2007)

Art. 14 – O jornalista deve: – Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas; – Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA)

Após analisar as reportagens pelos cinco critérios apresentados, pode-se notar que a equipe de jornalismo do **Jornal da Band** não cumpriu com o papel ético que se espera que jornalistas tenham, já que apenas o direito à privacidade foi respeitado.

## Considerações finais

Observou-se ao longo da pesquisa o papel de mediador que o jornalista tem de exercer entre a produção da notícia e público ao qual se destina. Sobressaiu-se com isso a responsabilidade de oferecer notícias densas em que se contemple boa parte dos posicionamentos a respeito do acontecimento relatado. Dessa forma, assim como afirma Bucci (2000), o profissional cumpre com a postura ética profissional, pois estaria fazendo um serviço de qualidade e consequentemente buscando trazer benefícios para a sociedade.

A partir da análise das matérias que compõem o corpus pode-se perceber por meio da frequente veiculação de reportagens acerca da tramitação das propostas de redução da maioria penal e crimes cometidos por crianças e adolescentes, que existe uma intenção da equipe do **Jornal da Band** em promover agendamento no Congresso Nacional.

Wolf (2003) afirma que os efeitos da persuasão pela persistência só podem ser avaliados em um período substancial de tempo. Mesmo com o tempo de um ano, não é possível, apenas com a análise comparativa das frequências entre a transmissão de reportagens e as atividades no Congresso, afirmar se os parlamentares sofrem influência direta das notícias veiculadas pelo **Jornal da Band**. Porém, pode-se observar que a busca dos parlamentares para promover eventos em que a questão seja melhor debatida aumentou durante o período de transmissão das matérias.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que a equipe justifica a veiculação das notícias com essa temática por conta do impacto que a violência praticada por crianças e adolescentes causa na comunidade. Com a leitura das reportagens pode-se perceber que este também é o argumento utilizado nas reportagens para sustentar a necessidade da redução da maioria penal.

Por fim, ao selecionar entrevistados que se posicionam a favor da redução e dados que mostram aumento da violência praticada entre crianças e adolescentes, excluindo assim informações que digam o contrário, a equipe de jornalismo busca construir um discurso favorável a medida por meio das reportagens. Levando-se em consideração a afirmação de Bucci (2000) de que o jornalista é uma pessoa e assim está inserido em um contexto social, não se exclui dessa análise o entendimento que em toda produção jornalística há o elemento de subjetividade inerente a toda pessoa. Porém, da forma como se configura as reportagens, entende-se que não há um equilíbrio entre a impessoalidade e a parcialidade na transmissão de

informações, dessa forma, as notícias não representam a real dimensão da questão abordada, visto que não há pluralidade de fontes, nem livre expressão de pensamento. Dentro do contexto elas poderiam cumprir o papel de debater a questão, que é muito importante para a sociedade, porém não o fazem.

## Bibliografia

ARAÚJO, Fernanda Carolina. **Maioridade Penal: aspectos criminológicos** in SÁ, Alvino; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org). Criminologia e os problemas da atualidade. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2008

BARDIM, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70 LDA, Portugal.2009.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na Comunicação: de informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: Seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 143 p

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pela Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 64/1994. 35ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em:

[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=26](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26).

Acesso em: 12 de maio de 2014.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos da criança Lei nº 99710, 21 de novembro de 1990**. Dispõe sobre regras da Organização das Nações Unidas sobre proteção da criança e do adolescente. Brasília: Congresso Nacional. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm) . Acesso em: 24 de março de 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente: um guia para jornalistas**. Belo Horizonte (MG), Rede: ANDI, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-um-guia-para-jornalistas> . Acesso em: 01 de maio de 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção da proteção da criança e do adolescente. Brasília: Congresso Nacional. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) . Acesso em: 24 de março de 2014.

BRASIL. **Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Presidência da República Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 2014.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 2 ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pg. 249.

CAPEZ, Fernando. A questão da diminuição da maioridade penal. Migalhas, [s.l], 14 de julho, 2007. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI40310,91041-A+questao+da+diminuicao+da+maioridade+penal> . Acesso em: 20 de março de 2014.

CARDOSO, Antonio Pessoa Cardoso. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia: maioridade penal: 18 ou 16 anos. Salvador, junho de 2010, p. 3. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/infanciaejuventude/images/noticia/maioridadepenalldestonico.pdf> . Acesso em: 20 de março de 2014.

CHAUI, Marilena. **Convite a filosofia**. 12ed, São Paulo, Editora Ática, 1995, p. 440.

CHRISTOFOIETTI, Rogério. **O caso do brasil**: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. *Cuadernos de información*, no.29, p. 25-34,jun.-dez. 2011. Disponível em: <http://cuadernos.uc.cl/uc/index.php/CDI/article/view/233>. Acesso em: 05/05/2014.

COUTO, Luiz. Redução da maioridade penal. Discurso proferido em plenário da Câmara dos Deputados no dia 6 de março de 2012. Transcrição disponível em:



<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=029.2.54.O&nuQuarto=113&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:44&sgFaseSessao=GE&Data=06/03/2012&txApelido=LUIZ%20COUTO,%20PT-PB> . Acesso em: 15 de maio de 2014.

FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA JUVENIL. **Carta de vitória em defesa da responsabilidade.** Fórum nacional da justiça juvenil, Vitória, 2013, p. 4. Disponível em:

[http://www.tjes.jus.br/PDF/materias/fonajuv\\_carta\\_de\\_vitoria.pdf](http://www.tjes.jus.br/PDF/materias/fonajuv_carta_de_vitoria.pdf) . Acesso em: 15 de abril de 2014.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Liber Livro Editora. Brasília, 2008.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA CRIANÇA. **Convenção sobre os direitos da criança.** Fundo das nações unidas para criança, Portugal, 1990, p. 51. Disponível em:

[http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf) . Acesso em: 19 de dezembro de 2013.

GOMES, Itania Maria Mota. **Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise.** In: CENTRE D'ETUDES DES IMAGES ET DES SONS MÉDIATIKUES, 2007, Université Sorbonne-Nouvelle. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007. Disponível em: [compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/126/126](http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/126/126) . Acesso em: 10 de out de 2013

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação in HOHLFELDT, Antonio , MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga (org), Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasil, 2001-2011.**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Justiça infanto-juvenil:** Situação atual e critério de aprimoramento. Conselho Nacional de Justiça, Brasília, 2012. Disponível em:

[http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio\\_pesquisa\\_infantoJuvenil.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_pesquisa_infantoJuvenil.pdf) . Acesso em: 20 de março de 2014

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** Senac, São Paulo, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria.** São Paulo, Paulus, 2009.

MARTINS, Luis. **Os sete matizes da ética.** *Intervozes – revista brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, vol. 29, no. 2, p. 89-101, jul/dez. 2006.

MICHIELON, Fernanda C. **Redução da maioridade penal e suas prováveis consequências.** 2008. Direito. Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008\\_1/fernanda\\_camargo.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/fernanda_camargo.pdf) . Acesso em: 12 de novembro de 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal.** 17 ed. São Paulo, Atlas, 2001.

MORAES, Gomes. **A tensão entre liberdade de expressão e direito à informação** - empecilho à elaboração de políticas públicas de comunicação In: RAMOS, Murilo César; SANTOS Suzy dos (Orgs). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo, Paulus, 2007.

MOURA, André. Redução da maioridade penal. Discurso proferido em plenário da Câmara dos Deputados, dia 10 de fevereiro de 2014. Transcrição disponível em:

<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=009.4.54.O&nuQuarto=91&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:30&sgFaseSessao=CP&Data=10/02/2014&txApelido=ANDR%C3%89%20MOURA,%20PSC-SE> . Acesso em: 15 de maio de 2014.

OLIVEIRA, W. P. de. Judô: educação física e moral. Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 mar. 2013. Caderno de Esporte, p. 7.

PEREIRA, Fábio Henrique; MAIA, Kênia. **Liberdade de imprensa e identidade profissional no jornalismo:** mito fundador ou discurso de autolegitimação in MOURA, Dione *et alli* (org.) Comunicação e cidadania: conceito e processos. Brasília, Francis, 2011, p. 77-91.

REAL, Fabíola Geoffroy Veiga Corte. **Representações sociais de parlamentares sobre representações da maioria penal.** Faculdade de Psicologia. Universidade de Brasília, p. 141 Brasília, 2011. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9777/1/2011\\_Fab%C3%ADolaGeoffroyVeigaCorteReal.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9777/1/2011_Fab%C3%ADolaGeoffroyVeigaCorteReal.pdf) . Acesso em: 12 de abril de 2014.

SANKIEVICZ, Alexandre. Câmara dos Deputados: Breve análise sobre a redução da maioria penal como alternativa para a diminuição da violência juvenil. Câmara Deputados, Brasília, 2007, p.18. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1201> . Acesso em: 03 de março de 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa/** Mauro Wolf: tradução Karina Jannini. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

## Anexos

### Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros da Federação Nacional dos Jornalistas

#### *Capítulo I - Do direito à informação*

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma obrigação social.

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

#### *Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista*

Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

Art. 5º É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte.

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;

III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão;

IV - defender o livre exercício da profissão;

V - valorizar, honrar e dignificar a profissão;

VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha;

VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação;

VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas;

X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria;

XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente;

XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Art. 7º O jornalista não pode:

I - aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho;

II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação;

III - impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de idéias;

IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais;

V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;

VI - realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas;

VII - permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas;

VIII - assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos de cuja produção não tenha participado;

IX - valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais.

### *Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista*

Art. 8º O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor.

Art 9º A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

Art. 10. A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade.

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

I - visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica;

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração;

Art. 12. O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;

- II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;
- III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar;
- IV - informar claramente à sociedade quando suas matérias tiverem caráter publicitário ou decorrerem de patrocínios ou promoções;
- V - rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações;
- VI - promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável;
- VII - defender a soberania nacional em seus aspectos político, econômico, social e cultural;
- VIII - preservar a língua e a cultura do Brasil, respeitando a diversidade e as identidades culturais;
- IX - manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho;
- X - prestar solidariedade aos colegas que sofrem perseguição ou agressão em consequência de sua atividade profissional.

#### *Capítulo IV - Das relações profissionais*

Art. 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções.

Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas.

Art. 14. O jornalista não deve:

- I - acumular funções jornalísticas ou obrigar outro profissional a fazê-lo, quando isso implicar substituição ou supressão de cargos na mesma empresa. Quando, por razões justificadas, vier a exercer mais de uma função na mesma empresa, o jornalista deve receber a remuneração correspondente ao trabalho extra;
- II - ameaçar, intimidar ou praticar assédio moral e/ou sexual contra outro profissional, devendo denunciar tais práticas à comissão de ética competente;
- III - criar empecilho à legítima e democrática organização da categoria.

#### *Capítulo V - Da aplicação do Código de Ética e disposições finais*

Art. 15. As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética.

§ 1º As referidas comissões serão constituídas por cinco membros.

§ 2º As comissões de ética são órgãos independentes, eleitas por voto direto, secreto e universal dos jornalistas. Serão escolhidas junto com as direções dos sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), respectivamente. Terão mandatos coincidentes, porém serão votadas em processo separado e não possuirão vínculo com os cargos daquelas diretorias.

§ 3º A Comissão Nacional de Ética será responsável pela elaboração de seu regimento interno e, ouvidos os sindicatos, do regimento interno das comissões de ética dos sindicatos.

Art. 16. Compete à Comissão Nacional de Ética:

- I - julgar, em segunda e última instância, os recursos contra decisões de competência das comissões de ética dos sindicatos;

II - tomar iniciativa referente a questões de âmbito nacional que firam a ética jornalística;  
III - fazer denúncias públicas sobre casos de desrespeito aos princípios deste Código;  
IV - receber representação de competência da primeira instância quando ali houver incompatibilidade ou impedimento legal e em casos especiais definidos no Regimento Interno;

V - processar e julgar, originariamente, denúncias de transgressão ao Código de Ética cometidas por jornalistas integrantes da diretoria e do Conselho Fiscal da FENAJ, da Comissão Nacional de Ética e das comissões de ética dos sindicatos;

VI - recomendar à diretoria da FENAJ o encaminhamento ao Ministério Público dos casos em que a violação ao Código de Ética também possa configurar crime, contravenção ou dano à categoria ou à coletividade.

Art. 17. Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

Art. 18. O exercício da representação de modo abusivo, temerário, de má-fé, com notória intenção de prejudicar o representado, sujeita o autor à advertência pública e às punições previstas neste Código, sem prejuízo da remessa do caso ao Ministério Público.

Art. 19. Qualquer modificação neste Código só poderá ser feita em congresso nacional de jornalistas mediante proposta subscrita por, no mínimo, dez delegações representantes de sindicatos de jornalistas.

Vitória, 04 de agosto de 2007.

Federação Nacional dos Jornalistas

## Código de ética dos jornalistas brasileiros da Associação Brasileira de imprensa

O Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais aprova o presente CÓDIGO DE ÉTICA:

O Código de Ética dos Jornalistas que fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas. Do Direito à informação

**Art. 1º** - O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

**Art. 2º** - A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade.

**Art. 3º** - A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

**Art. 4º** - A apresentação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

**Art. 5º** - A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

### Da Conduta Profissional do Jornalista

**Art. 6º** - O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinado ao presente Código de Ética.

**Art. 7º** - O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

**Art. 8º** - Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade de suas fontes de informação.

**Art. 9º** - É dever do jornalista:

- Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público;
- Lutar pela liberdade de pensamento e expressão;
- Defender o livre exercício da profissão;
- Valorizar, honrar e dignificar a profissão;
- Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação;
- Respeitar o direito à privacidade do cidadão;

- Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria;

**Art. 10** - O jornalista não pode:

- Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com tabela fixada pela sua entidade de classe;
- Submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação;
- Frustar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate;
- Concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual;
- Exercer cobertura jornalística, pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas onde seja funcionário, assessor ou empregado. Da Responsabilidade Profissional do Jornalista

**Art. 11** – O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros.

**Art. 12** – Em todos os seus direitos e responsabilidades, o jornalista terá apoio e respaldo das entidades representativas da categoria.

**Art. 13** – O jornalista deve evitar a divulgação dos fatos: – Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas; – De caráter mórbido e contrários aos valores humanos.

**Art. 14** – O jornalista deve: – Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas; – Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

**Art. 15** – O Jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções.

**Art. 16** – O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

**Art. 17** – O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais. Aplicação do Código de Ética

**Art. 18** – As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas e apreciadas pela Comissão de Ética.

1º – A Comissão de Ética será eleita em Assembléia Geral da categoria, por voto secreto, especialmente convocada para este fim.



2º – A Comissão de Ética terá cinco membros com mandato coincidente com o da diretoria do Sindicato.

**Art. 19** – Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética ficam sujeitos gradativamente às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Comissão de Ética:

- Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato;

- Aos não associados, de observação pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato.

**Parágrafo Único** – As penas máximas (exclusão do quadro social, para os sindicalizados, e impedimento definitivo de ingresso no quadro social para os não sindicalizados), só poderão ser aplicadas após referendo da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

**Art. 20** – Por iniciativa de qualquer cidadão, jornalista ou não, ou instituição atingida, poderá ser dirigida representação escrita e identificada à Comissão de Ética, para que seja apurada a existência de transgressão cometida por jornalista.

**Art. 21** – Recebida a representação, a Comissão de Ética decidirá sua aceitação fundamentada ou, se notadamente incabível, determinará seu arquivamento, tornando pública sua decisão, se necessário.

**Art. 22** – A aplicação da penalidade deve ser precedida de prévia audiência do jornalista, objeto de representação, sob pena de nulidade.

1º – A audiência deve ser convocada por escrito, pela Comissão de Ética, mediante sistema que comprove o recebimento da respectiva notificação, e realizar-se-á no prazo de dez dias a contar da data de vencimento do mesmo.

2º – O jornalista poderá apresentar resposta escrita no prazo do parágrafo anterior ou apresentar suas razões oralmente, no ato da audiência.

3º – A não observância, pelo jornalista, dos prazos neste artigo, implicará a aceitação dos termos da representação.

**Art. 23** – Havendo ou não resposta, a Comissão de Ética encaminhará sua decisão às partes envolvidas, no prazo mínimo de dez dias, contados da data marcada para a audiência.

**Art. 24** – Os jornalistas atingidos pelas penas de advertência e suspensão podem recorrer à Assembléia Geral, no prazo máximo de dez dias corridos, a contar do recebimento da notificação. **Parágrafo Único** – fica assegurado ao autor da representação o direito de recorrer à Assembléia Geral, no prazo de dez dias, a contar do recebimento da notificação, caso não concorde com a decisão da Comissão de Ética.

**Art. 25** – A notória intenção de prejudicar o jornalista, manifesta no caso de representação sem o necessário fundamento, será objeto de censura pública contra o seu autor.

**Art. 26** – O presente Código de Ética entrará em vigor após homologação em Assembleia Geral de jornalistas, especialmente convocada para este fim.

**Art. 27** – Qualquer modificação deste Código somente poderá ser feita em Congresso Nacional de Jornalista, mediante proposição subscrita no mínimo por 10 delegações representantes de Sindicatos de Jornalistas.

**Tabela VII – Matérias do Jornal da Band sobre Violência cometida por crianças e adolescentes**

1. 30/04 /2013	<i>Pais de dentista queimada viva recebem ameaças de morte (2m51)</i>	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14435736&amp;p=64&amp;pmP=50&amp;pr=">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14435736&amp;p=64&amp;pmP=50&amp;pr=</a>
2. 01/05 /2013	Justiça boliviana ouve menor acusado de disparar sinalizador (3m19)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/justica-boliviana-ouve-menor-acusado-de-disparar-sinalizador-04024C1A386CCCA14326">http://tvuol.uol.com.br/video/justica-boliviana-ouve-menor-acusado-de-disparar-sinalizador-04024C1A386CCCA14326</a>
3. 02/05 /2013	EUA: Menino de 5 anos mata irmã após ganhar espingarda (2m10)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14452765&amp;pr=jornal-da-band">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14452765&amp;pr=jornal-da-band</a>
4. 02/05 /2013	Adolescentes são baleados ao tentar assaltar PM (26s)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14438178&amp;p=210">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14438178&amp;p=210</a>
5. 03/05 /2013	Criminosos que queimaram dentista viva dão detalhes do crime (2m26)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14439536&amp;p=13&amp;pmP=48&amp;pr=">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14439536&amp;p=13&amp;pmP=48&amp;pr=</a>
6. 04/05 /2013	SP: Bandidos ameaçam bebê durante sequestro (1m31)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/sp-bandidos-ameacam-bebe-durante-sequestro-0402CC1A3560D0A14326/">http://tvuol.uol.com.br/video/sp-bandidos-ameacam-bebe-durante-sequestro-0402CC1A3560D0A14326/</a>
7. 08/05 /2013	Jovem que violentou mulher no RJ já tinha sido detido (2m54)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/jovem-que-violentou-mulher-no-rj-ja-tinha-sido-detido-0402CD9C306CD0A14326">http://tvuol.uol.com.br/video/jovem-que-violentou-mulher-no-rj-ja-tinha-sido-detido-0402CD9C306CD0A14326</a>
8. 10/05 /2013	Polícia investiga bandido que estuprou garota em praia no RJ (1m26)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14449085&amp;p=195">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14449085&amp;p=195</a>
9. 13/05 /2013	Seis menores espancam funcionário e fogem de internato no RJ (3m18)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14452653">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14452653</a>
10. 14/05 /2013	Menores causam acidente ao fugir de polícia em SP (2m27)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/menores-causam-acidente-ao-fugir-de-policia-em-sp-04028C9B3468D4A14326">http://tvuol.uol.com.br/video/menores-causam-acidente-ao-fugir-de-policia-em-sp-04028C9B3468D4A14326</a>
11. 17/05/2013	Três marinheiros e um menor são suspeitos de estupro no PR (1m05)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14459116">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14459116</a>
12. 17/05/2013	Casal de idosos é torturado no interior de São Paulo (2m59)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14459184&amp;pr=jornal-da-band">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14459184&amp;pr=jornal-da-band</a>
13. 18/05/2013	Menor de 15 anos atea fogo em casa em São Paulo (2m26)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14460625">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14460625</a>
14. 20/05/2013	RJ: Justiça ouve testemunhas de estupro (1m38)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/conteudo.asp?id=100000599797">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/conteudo.asp?id=100000599797</a>
15. 21/05/2013	Ladrões roubam mais de 700 aparelhos eletrônicos em depósito (1m12)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14464192&amp;p=624">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14464192&amp;p=624</a>
16. 22/05/2013	Jovem de 18 anos tem 102 passagens pela polícia em Brasília (1m09)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14465495">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14465495</a>
17. 04/06/2013	Série: Postos de combustível sofrem com assaltos (5m17)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/serie-postos-de-combustivel-sofrem-com-assaltos-0402CD193472DCA14326">http://tvuol.uol.com.br/video/serie-postos-de-combustivel-sofrem-com-assaltos-0402CD193472DCA14326</a>
18. 06/06/2013	Adolescente é acusada de matar e queimar a própria mãe no RJ (2m01)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/adolescente-e-acusada-de-matar-e-queimar-a-propria-mae-no-rj-04020C1A3064E0A14326">http://tvuol.uol.com.br/video/adolescente-e-acusada-de-matar-e-queimar-a-propria-mae-no-rj-04020C1A3064E0A14326</a>
19. 07/06/2013	Família de jovem que matou a mãe pede punição mais rígida (1m40)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pmP=4&amp;pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;p=2&amp;v=14483289">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pmP=4&amp;pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;p=2&amp;v=14483289</a>
20. 11/06/2013	Adolescente apreendido confessa participação em assassinato (1m28)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/adolescente-apreendido-confessa-participacao-em-assassinato-04020D99346EE0A14326/">http://tvuol.uol.com.br/video/adolescente-apreendido-confessa-participacao-em-assassinato-04020D99346EE0A14326/</a>

21. 27/06/2013	Quadrilha especializada em arrastões é presa em SP (2m10)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/quadrilha-especializada-em-arrastoes-e-presa-em-sp-0402CC1B3564DCA94326/">http://tvuol.uol.com.br/video/quadrilha-especializada-em-arrastoes-e-presa-em-sp-0402CC1B3564DCA94326/</a>
22. 29/06/2013	Polícia prende mais um suspeito de matar menino boliviano (1m05)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/policia-prende-mais-um-suspeito-de-matar-menino-boliviano-04024E98316ADCA94326">http://tvuol.uol.com.br/video/policia-prende-mais-um-suspeito-de-matar-menino-boliviano-04024E98316ADCA94326</a>
23. 01/07/2013	Família volta à Bolívia após morte de menino de cinco anos (2m08)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/conteudo.asp?ID=100000610630">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/conteudo.asp?ID=100000610630</a>
24. 04/07/2013	Aluno atira contra colegas por sofrer bullying em BH (1m49)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14581824&amp;p=555">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14581824&amp;p=555</a>
25. 05/07/2013	Aluno que atirou em colegas de classe premeditou crime (2m11)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14583078&amp;p=553&amp;t=Vitoria-tem-protesto-contra-aumento-de-pedagio-em-ponte">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;pr=jornal-da-band&amp;v=14583078&amp;p=553&amp;t=Vitoria-tem-protesto-contra-aumento-de-pedagio-em-ponte</a>
26. 31/07/2013	Duas adolescentes são detidas após matarem amiga por ciúmes (2m17)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/duas-adolescentes-sao-detidas-apos-matarem-amiga-por-ciumes-04020C193568C4B14326">http://tvuol.uol.com.br/video/duas-adolescentes-sao-detidas-apos-matarem-amiga-por-ciumes-04020C193568C4B14326</a>
27. 02/08/2013	Menores mataram um por dia neste ano no Distrito Federal (1m57)	<a href="http://tvuol.uol.com.br/video/menores-mataram-um-por-dia-neste-ano-no-distrito-federal-04020C1B346EC4B14326">http://tvuol.uol.com.br/video/menores-mataram-um-por-dia-neste-ano-no-distrito-federal-04020C1B346EC4B14326</a>
28. 06/08/2013	Menino de 13 anos executa família e se mata em São Paulo (4m20)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14622004&amp;p=498">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?pr=jornal-da-band&amp;e=noticias&amp;v=14622004&amp;p=498</a>
29. 07/08/2013	Para parentes, Marcelo não é culpado (5m42)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/08/07/14623522-para-parentes-marcelo-nao-e-culpado.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/08/07/14623522-para-parentes-marcelo-nao-e-culpado.html</a>
30. 21/08/2013	Jovens matam estudante por estarem de tédio (1m37)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/08/21/14640925-jovens-matam-estudante-por-estarem-de-tedio.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/08/21/14640925-jovens-matam-estudante-por-estarem-de-tedio.html</a>
31. 12/09/2013	Adolescente morre durante briga perto de escola (43s)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/09/12/14671730-adolescente-morre-durante-briga-perto-de-escola.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/09/12/14671730-adolescente-morre-durante-briga-perto-de-escola.html</a>
32. 30/09/2013	Adolescentes assaltam mulheres a cavalo (1m23)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/editoria.asp?p=1&amp;e=noticias&amp;v=14694873">http://videos.band.uol.com.br/editoria.asp?p=1&amp;e=noticias&amp;v=14694873</a>
33. 05/11/2013	Jovem é presa ao tentar roubar policial (49s)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/11/05/14742976-jovem-e-presa-ao-tentar-roubar-policial.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/11/05/14742976-jovem-e-presa-ao-tentar-roubar-policial.html</a>
34. 22/11/2013	Crianças com menos de 12 anos traficam drogas (3m12)	<a href="http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14765279&amp;pr=jornal-da-band">http://videos.band.uol.com.br/programa.asp?e=noticias&amp;v=14765279&amp;pr=jornal-da-band</a>
35. 10/12/2013	Champanha continua preso em hospital (1m24)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/12/10/14786600-champanha-continua-preso-em-hospital.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2013/12/10/14786600-champanha-continua-preso-em-hospital.html</a>
36. 06/03/2014	Adolescente mata tia com mais de 30 facadas (1m55)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/06/14944959-adolescente-mata-tia-com-mais-de-30-facadas.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/06/14944959-adolescente-mata-tia-com-mais-de-30-facadas.html</a>
37. 11/03/2014	Jovem mata duas horas antes de fazer 18 anos (2m38)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/11/14951372-jovem-mata-duas-horas-antes-de-fazer-18-anos.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/11/14951372-jovem-mata-duas-horas-antes-de-fazer-18-anos.html</a>
38. 25/03/2014	BA: Criança é esfaqueada por adolescente (1m16)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/25/14969714-ba-crianca-e-esfaqueada-por-adolescente.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/25/14969714-ba-crianca-e-esfaqueada-por-adolescente.html</a>
39. 25/03/2014	Médico da seleção de tênis de mesa é morto (1m47)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/25/14969664-medico-da-selecao-de-tenis-de-mesa-e-morto.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/25/14969664-medico-da-selecao-de-tenis-de-mesa-e-morto.html</a>
40. 27/03/2014	Família de PMs mortos falam sobre o caso (7m)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/27/14972566-familia-de-pms-mortos-falam-sobre-o-caso.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaban/d/videos/2014/03/27/14972566-familia-de-pms-mortos-falam-sobre-o-caso.html</a>

41. 25/04/2014	Professor é morto durante assalto a ônibus (1m58)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/04/25/15009354-professor-e-morto-durante-assalto-a-onibus.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/04/25/15009354-professor-e-morto-durante-assalto-a-onibus.html</a>
42. 26/04/2014	Menor que matou médico no ABC é apreendido (1m34)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/04/26/15010516-menor-que-matou-medico-no-abc-e-apreendido.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/04/26/15010516-menor-que-matou-medico-no-abc-e-apreendido.html</a>
43. 06/05/2014	Presos acusados de matar professora em Salvador (1m16)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/06/15023819-presos-acusados-de-matar-professora-em-salvador.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/06/15023819-presos-acusados-de-matar-professora-em-salvador.html</a>
44. 19/05/2014	Menor mata homem a tiros em padaria do DF (2m40)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/19/15040933-menor-mata-homem-a-tiros-em-padaria-do-df.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/19/15040933-menor-mata-homem-a-tiros-em-padaria-do-df.html</a>
45. 20/05/2014	Menores fazem roubos em Florianópolis (55s)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/20/15042459-menores-fazem-roubos-em-florianopolis.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/20/15042459-menores-fazem-roubos-em-florianopolis.html</a>
46. 27/05/2014	Adolescente é apreendido pela 28ª vez em SP (01m49)	<a href="http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/27/15051685-adolescente-e-apreendido-pela-28%C2%AA-vez-em-sp.html">http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/05/27/15051685-adolescente-e-apreendido-pela-28%C2%AA-vez-em-sp.html</a>

Fonte: Autora